



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE/GERENCIADOR: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF)

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL – PROFISCO II

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 5684/OC-BR, CELEBRADO ENTRE O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID E O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍTICAS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS FINANCIADAS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – GN-2349-15

CÓDIGO UASG: 974002

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management - BPM*) e com a notação *Business Process Model and Notation* (BPMN), a fim de atender as demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026

HORÁRIO: 10h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

ESTIMATIVA GERAL: PÚBLICO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.249.700,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e setecentos reais).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.gov.br/compras

Sumário

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | DO OBJETO | 1 |
| 2. | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 2 |
| 3. | DO ORÇAMENTO | 3 |
| 4. | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 4 |
| 5. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 5 |
| 6. | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 6 |
| 7. | DA FASE DE JULGAMENTO | 7 |
| 8. | DA FASE DE HABILITAÇÃO | 8 |
| 9. | DOS RECURSOS | 9 |
| 10. | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 10 |
| 11. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 11 |
| 12. | DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE | 12 |
| 13. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 13 |

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC/DF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026.

PROCESSO Nº: 04044-00008304/2025-16.

Torna-se público que o(a) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF, por meio do(a) Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG, sediado(a) na Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP: 70.075-900-Brasília-DF), realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, **GN-2349-15** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management - BPM*) e com a notação *Business Process Model and Notation* (BPMN), a fim de atender as demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por item, conforme especificações constantes no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item.
- 1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. **Este estará aberto a todos os Licitantes elegíveis, conforme especificado nas Políticas para a Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, GN 2349-15. A relação dos países membros do BID encontra-se disposta no ANEXO IX deste edital, bem como no site oficial da instituição: www.iadb.org.**

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.7.2. A não - regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.8. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

2.8.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, os itens que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA** conforme previsão constante no Termo de Referência do Anexo I deste Edital.

2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021\[A1\]](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. **empresas de países que não sejam membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;**

2.10.3. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.10.4. sociedades cooperativas, conforme subitem 10.13.1 do TR;

2.10.5. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.10.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);

2.10.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.12. agente público do órgão ou entidade licitante;

- 2.10.13. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme subitem 5.8 do TR;
- 2.10.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.10.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10.16. A vedação do subitem 2.10.7 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 2.10.17. A vedação do subitem 2.10.7 aplica-se aos executores de contrato que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.
- 2.10.18. A vedação do subitem 2.10.7 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.
- 2.10.19. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.10.19.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 2.10.20. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.10.21. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 2.10.22. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 2.10.22.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.10.22.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);
- 2.10.23. A vedação de que trata o item 2.10.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.10.24. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.10.25. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 2.10.26. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.10.27. Pessoa física.
- 2.11. O impedimento de que trata o item 2.10.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.5 e 2.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. O disposto nos itens 2.10.5 e 2.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.16. A vedação de que trata o item 2.10.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.1. em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos artsº . 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos - calendário anteriores;
 - 4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário e total do item único;
 - 5.1.2. quantidade cotada, devendo respeitar o descrito no termo de referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art.78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.12. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:
- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
 - b) apresentar o preço unitário e total de cada item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

- c) conter a indicação de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital, de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de pessoal alocado na execução do contrato, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, de acordo com o modelo de proposta constante do Anexo II deste Edital;
- d) as especificações detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações do objeto constantes deste edital;
- e) prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;
- f) conter prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS) ou equivalente, emitida pela contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pela contratada e autorizado pela contratante, subitem 4.24. do TR;
- g) conter garantia conforme estabelecido no subitem 4.75. do Anexo I deste edital (Termo de Referência);
- h) declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- i) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo V deste edital;
- j) em relação às microempresas e as empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano- calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do Anexo VI deste edital;
- k) declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.13. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
 - 6.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
 - 6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto nº 35.592, de 2014.
 - 6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º,

§9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015.

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.22.2. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. é facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (tcu.gov.br).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço e/ou aquisição ou da área especializada no objeto.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
- 8.1.2.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).
- 8.2. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.
- 8.3. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 8.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 8.5. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.
- 8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.
- 8.9. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.
- 8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.14. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **duas horas**, para:
- 8.18.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.18.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.18.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.19. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.18.1.
- 8.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Governo do Distrito Federal**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. **Aplicam-se aos Licitantes nessa contratação todas as disposições referentes às Práticas Proibidas e à incorporação do reconhecimento recíproco de sanções por parte de Instituições Financeiras Internacionais (IFI), conforme disposto no Anexo VIII deste Edital e no sites do Banco (www.iadb.org/integrity).**

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço pregoeirosulog05@economia.df.gov.br*.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no Termo de Referência a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 12.3.6. O prazo de vigência da contratação será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da assinatura do contrato, desde que observado o prazo de vigência do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR, com possibilidade de prorrogação por igual período, na forma do art. 105 da [Lei nº 14.133/2021](#), desde que presentes

interesse público e disponibilidade orçamentária;

12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2026, pela utilização do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A SEEC/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

13.13. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

13.14. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 46.174/2024.

13.15. Nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013, a empresa vencedora fica obrigada a comprovar mensalmente, junto ao gestor responsável, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, em caso de irregularidades, devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção.

13.15.1. o não atendimento das determinações constantes no item 13.16 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Pública.

13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.21.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.21.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços.

13.21.3. ANEXO III - Modelo de Termo de Contrato.

13.21.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental.

13.21.5. ANEXO V - Modelo Declaração de não incorrência do Decreto 39.860/2019.

13.21.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração dos Benefícios de ME EPP.

13.21.7. ANEXO VII - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade.

13.21.8. **ANEXO VIII - Das Práticas Proibidas.**

13.21.9. **ANEXO IX - Dos Países Elegíveis.**

TERMO DE REFERÊNCIA

Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO/DF)
Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal (PRODEFAZ)
Fonte: BID – EMPRÉSTIMO Nº: 5684/OC-BR
Programa de Trabalho: 04.122.6203.3104.0001
Financiamento: Fonte: 136 – Operação de Crédito Externo.
Mutuário: DISTRITO FEDERAL da República Federativa do Brasil
Executor: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**Objeto**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management - BPM*) e com a notação *Business Process Model and Notation* (BPMN), mediante Pregão Eletrônico, a fim de atender as demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, nos termos da tabela abaixo.

| ITEM/GRUPO | CÓDIGO BR (CATSER) | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|----------------------------|---|---|-------------------|------------|----------------------|----------------------------|
| 1 | 27596 - Serviços Especializados em Modelagem de Processos - BPM | Serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (<i>Business Process Management - BPM</i>) e com a notação <i>Business Process Model and Notation</i> (BPMN) | UST's | 30.000 | R\$ 74,99 | R\$ 2.249.700,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) | | | | | | R\$ 2.249.700,00 |

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços a serem adquiridos se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021 e justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Da natureza da contratação

1.3. Os itens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital 44.330, 16 de março de 2023.

1.4. O Objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme inciso I, do art. 74 do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

1.5. Os serviços se enquadram na natureza de despesa **3.3.90.39** conforme listado abaixo:

1.5.1. Grupo: Serviços técnicos especializados - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management - BPM*) e com a notação *Business Process Model and Notation* (BPMN).

Contrato

1.6. A contratação com o(s) fornecedor(es) será formalizada por intermédio de instrumento de Contrato, conforme o art. 210, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023 e o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.7. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato, **no prazo de 5 dias úteis**, nos termos do art. 90 Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.9. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua utilização é contínua e renovável, conforme se verificará na justificativa apresentada no item 2 deste Termo de Referência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a dificuldade de realização de diversos processos de compras sempre que demandado o mesmo serviço.

Prazo de vigência

1.10. O prazo de vigência da contratação é de **48 (quarenta e oito) meses**, contados da assinatura do contrato, desde que atendido o prazo de vigência do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a prorrogação esteja condicionada ao interesse público e à disponibilidade orçamentária, mediante justificativa apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE.

1.11. A vigência plurianual justifica-se, também, pelo fato de esta contratação compor o Produto 1.1 - Modelo de Governança Institucional (1.1.1. Escritório de Processos Implantado), do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO II), conforme Contrato de empréstimo firmado em 31/12/2024 entre GDF e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (EMPRÉSTIMO Nº: 5684/OC-BR) , e que tem previsão de execução em 5 anos (2024-2029).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Uma das diretrizes primordiais do Governo do Distrito Federal é aprimorar a alocação dos recursos públicos, garantindo entregas que melhorem a vida do cidadão. Os processos de negócio influenciam diretamente a qualidade dos serviços públicos providos à população, pois, quando bem gerenciados, estruturam e otimizam a forma como os órgãos públicos realizam suas atividades e, consequentemente, aumentam a eficiência, reduzem desperdícios, melhoram a transparência e a satisfação da população.

2.2. O gerenciamento intencional de processos de negócios cria práticas negociais mais sólidas, que conduzem a rotinas mais ágeis, desenvolvendo atividades ou tarefas interfuncionais e oferecendo maior retorno às partes interessadas. A Gestão de Processos Estratégicos deve ser vista como um processo de transformação, que vai além da melhoria. E o Escritório de Processos Institucionais, por sua vez, terá o papel de estimular a cultura de melhoria, mudança e inovação na organização, identificando continuamente oportunidades de aperfeiçoamento de processos e aplicando-as de forma alinhada às diretrizes estratégicas estabelecidas pela alta gestão.

2.3. No âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), as competências regimentais definidas no Art. 1º, XV do Anexo Único da Portaria nº 544, de 11 de julho de 2025, atribuem à Secretaria a responsabilidade pela supervisão, coordenação, gestão e execução da política tributária e fiscal do Distrito Federal. Essas competências abrangem áreas como arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização, além de planejamento e orçamento, contratos corporativos, tecnologia da informação, gestão de pessoas, saúde do servidor, monitoramento de políticas públicas, gestão estratégica e qualificação de organizações sociais, entre outras atividades governamentais relevantes.

2.4. Percebe-se, portanto, que a atuação da SEEC envolve múltiplas atividades essenciais, as quais vão desde a arrecadação tributária até a gestão estratégica, resultando em diversos processos e, consequentemente, macroprocessos. Sem um entendimento claro dos fluxos de trabalho relacionados a essas competências, há risco de redundâncias, retrabalho e ineficiências. E é a partir da execução do projeto ora tratado que se pretende articular e aplicar, de modo integrado, as abordagens, metodologias, estruturas de trabalho, práticas, técnicas e ferramentas para processos que muitas vezes são aplicadas de forma isolada (horizontalidade - perspectiva interfuncional).

2.5. Nesse contexto, o mapeamento e a modelagem de processos apresentam-se como instrumentos de otimização de operações, redução de desperdícios e aceleração da entrega de serviços administrativos e públicos voltados aos cidadãos, pois facilitam a padronização das operações, garantindo que as equipes sigam procedimentos claros e uniformes; melhoram a transparência, possibilitando auditorias mais eficazes e maior controle sobre a execução das atividades; identificam gargalos e propõem melhorias que resultam em melhor experiência para os usuários, clientes e cidadãos, dentre vários outros benefícios.

2.6. O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da SEEC orienta a definição de prioridades e a alocação eficiente de recursos. As iniciativas estratégicas contidas no Caderno de Iniciativas transformam metas abstratas em ações concretas e mensuráveis, essenciais para a realização dos objetivos institucionais. Entre essas iniciativas, destaca-se a **Implementação da Metodologia de Escritório de Gestão de Processos de Negócios Estratégicos**, conduzida pela Subsecretaria de Processos e Projetos Institucionais e Inovação (SPPII), vinculada à Secretaria Executiva de Gestão da Estratégia (SGE). Essa iniciativa busca estruturar processos orientados a resultados, promovendo a melhoria contínua das rotinas, métodos e processos de trabalho da SEEC, em conformidade com sua missão institucional e diretrizes estratégicas.

2.7. A contratação pretendida facilitará a estruturação do Escritório de Processos Institucionais (ESPRO), instituído pelo Decreto nº 46.496, de 04 de novembro de 2024, que será responsável pelas ações acima mencionadas, articulando abordagens, metodologias e ferramentas de forma integrada, atuando como agente promotor da melhoria contínua dos processos institucionais, alavancando resultados por meio da gestão eficiente, da modelagem e do mapeamento dos processos de negócio, e contribuindo, assim, para a eficácia organizacional.

2.8. Importante salientar que a implementação e atuação do ESPRO também têm fundamento no Relatório MD-GEFIS (Metodologia de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal), elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), documento que apresenta um diagnóstico da maturidade dos processos e do desempenho nas áreas de gestão fazendária, administração tributária e financeira do Distrito Federal, com o objetivo de subsidiar o planejamento de iniciativas e projetos de modernização e estimular a adoção de procedimentos inovadores que aperfeiçoem a gestão fiscal no Estado e a cultura de avaliação de resultados.

2.9. O relatório citado destacou, na dimensão "Governança Pública - GF 1" (Eixo I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal), a inexistência, à época do estudo, de um escritório e de uma metodologia estruturada para gestão de processos no Distrito Federal, identificando ainda que, apesar da aplicação pontual de metodologias em algumas áreas, a gestão de processos era incipiente e institucionalmente desestruturada. Como resposta, o relatório apontou o fortalecimento da gestão de processos e a estruturação de um escritório de processos como uma das principais oportunidades de melhoria.

2.10. Vale registrar, também, que a conclusão do Relatório MD-GEFIS gerou o produto descrito na cláusula 2.02.a, "i", do Anexo Único do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR - DF x BID (PRODEFAZ/PROFISCO II), vinculado ao "Componente 1. Gestão fazendária e transparência fiscal", qual seja: "Modelo de governança institucional, incluindo: (i) mapeamento e redesenho de processos e fluxos para o desenvolvimento do modelo de governança". A execução deste produto é considerada essencial para o cumprimento do componente citado, e a atuação do ESPRO é imprescindível ao alcance desse objetivo, com o apoio de empresa prestadora de serviços técnicos.

2.11. Os serviços que se pretende contratar seguirão os princípios do CBOK - Guia para o Corpo Comum de Conhecimento sobre Gestão de Processos de Negócio (BPM - Business Process Management). Além de otimizar os processos, permitirão a automação de rotinas críticas, aumentando a agilidade, reduzindo erros e melhorando a execução das atividades institucionais. Essa iniciativa é essencial para que a SEEC atenda com qualidade às crescentes demandas administrativas e da população, fortalecendo a modernização e eficiência da gestão pública.

2.12. Sendo assim, a contratação pretendida visa aperfeiçoar os processos internos da SEEC, garantindo maior agilidade e eficiência nas atividades interfuncionais e assegurando que os serviços administrativos e aqueles prestados à população estejam alinhados às necessidades e expectativas dos seus destinatários. Ao promover uma visão interfuncional (horizontalidade), a solução contratada possibilitará o alinhamento das equipes, a definição de padrões e a implementação de melhorias contínuas nos processos, reforçando o compromisso da SEEC com a excelência e a inovação na gestão pública.

2.13. Espera-se que os resultados da contratação viabilizem a integração de ferramentas tecnológicas para a melhoria dos processos, a exemplo do autômato de processos e a criação de um ambiente de trabalho colaborativo.

2.14. Ante todo o exposto, vislumbra-se que a contratação proposta proporcionará ganhos significativos para a SEEC, contribuindo para a facilitação do alcance das suas metas estratégicas, e transformando a execução de processos estratégicos em atividades ágeis e controladas, sedimentando o caminho para a adoção posterior de práticas automatizadas, que possivelmente proporcionarão maior celeridade, organização, reduzindo, por sua vez, retrabalhos e falhas operacionais.

2.15. Considerando que o serviço em questão possui natureza de apoio operacional essencial ao suporte das atividades estratégicas, de suporte e finalísticas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), cuja descontinuidade poderia comprometer a regular execução das atividades de que abrangem áreas como arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização, além de planejamento e orçamento, contratos corporativos, tecnologia da informação, gestão de pessoas, saúde do servidor, monitoramento de políticas públicas, gestão estratégica e qualificação de organizações sociais, entre outras atividades governamentais relevantes, a contratação dos serviços de mapeamento e modelagem de processos - BPM tem por objeto a execução de atividades materiais de caráter acessório, instrumental e complementar, em consonância com os pressupostos estabelecidos no caput do art. 48 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.16. Ressalta-se, ainda, que o objeto não se enquadra em quaisquer das hipóteses de vedação previstas nos incisos I a VI do referido artigo, estando, portanto, juridicamente apto à contratação no âmbito da Administração Pública.

2.17. Desta forma, fundamentada pela garantia de atendimento, foi verificado e consolidado os quantitativos estimados conforme o item 4.2 deste termo.

Gestão de riscos da contratação

2.18. Nos termos do artigo 169, da Lei nº 14.133 de 2021, os riscos associados à presente contratação foram identificados, analisados e tratados pela área demandante, considerando aspectos técnicos, operacionais, administrativos e de governança.

2.19. Os riscos relevantes, bem como as respectivas medidas de mitigação, encontram-se registrados no Mapa de Riscos da Contratação, incluído nos autos, elaborado de forma compatível com a complexidade do objeto e integrado ao planejamento da contratação.

2.20. A definição do objeto, dos requisitos da contratação, das obrigações das partes e dos mecanismos de fiscalização considerou os riscos identificados, com o objetivo de prevenir falhas na execução contratual e assegurar o alcance do interesse público.

Fundamentação Legal

2.21. A contratação obedecerá ao disposto a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentada pelo

Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos:

- 2.21.1. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- 2.21.2. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 2.21.3. Lei n.º 12.846, de 01 de agosto de 2013;
- 2.21.4. Lei Orgânica do Distrito Federal;
- 2.21.5. Lei Distrital n.º 4.611, de 2011;
- 2.21.6. Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;
- 2.21.7. Lei Distrital n.º 5.061, de 2013;
- 2.21.8. Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010;
- 2.21.9. Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014;
- 2.21.10. Decreto Distrital n.º 38.934, de 15 de março de 2018;
- 2.21.11. Decreto Distrital n.º 39.860, de 30 de maio de 2019;
- 2.21.12. Decreto Distrital n.º 46.174, de 22 de agosto de 2024;
- 2.21.13. Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;
- 2.21.14. Portaria SEFAZ n.º 135, de 26 de julho de 2016;
- 2.21.15. Portaria CGDF n.º 356, de 29 de julho de 2019;
- 2.21.16. Instrução Normativa n.º 05 - SEGES/MPG, de 25 de maio de 2017;
- 2.21.17. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 44/2023 - PGDF/PGCONS.

2.22. Em consonância com o §2º do Art 27, do Decreto n.º 46.174, de 22 de agosto de 2024, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, as minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelos órgãos e entidades do Distrito Federal devem conter cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual.

Princípio da Padronização

2.23. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei n.º 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em conformidade com a Portaria n.º 135, de 26 de julho de 2016, a qual é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

Plano de Contratações Anual (PCA)

2.24. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - Id do item no PCA: **ID 42757 - Despesas com serviços de natureza eventual, não classificados em subitens específicos, Prestação de Serviços de Mapeamento e Modelagem de Processos (BPM)**

Plano da Aquisições (PA) do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO II/DF)

I - Id do item: **SNC33 - Serviço de Mapeamento e Modelagem de processos.**

Sistema TR Digital

2.25. O proveito do Sistema TR Digital, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

Minuta Padronizada

2.26. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como **minuta padronizada** para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

2.26.1. Foram realizadas adaptações necessárias à minuta padronizada, em atenção à realidade administrativa e às exigências normativas do Distrito Federal, bem como às especificidades do objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante no processo 00020-00026364/2018-82. Neste contexto, procedeu-se, entre outros ajustes: à adequação das obrigações da Contratada e da Contratante, de modo a compatibilizá-las com o regime de execução do objeto e com a estrutura administrativa deste órgão (itens 4.78 e seguintes e 4.116 e seguintes, respectivamente, deste instrumento); à definição das infrações e sanções administrativas aplicáveis à Contratada, em conformidade com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133, de 2021 (item 8.0, deste instrumento).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O presente termo de referência detalha as condições do pregão eletrônico para contratação de serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), com vistas a suprir as necessidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC).

3.2. A totalidade se encontra pormenorizada nos estudos técnicos preliminares, em resumo destaca-se:

3.3. OBJETIVO GERAL

3.4. Implantação progressiva dos serviços que serão oferecidos pelo Escritório de Processos Institucionais (ESPRO) para desenvolver a maturidade em Gestão de Processos de Negócios (BPM) na Secretaria, de forma controlada.

3.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do projeto:

- O autômato de processos robóticos;
- A melhoria de planejamento e projeções;
- A definição clara de responsabilidade e padrões para processos;
- A compreensão que as atividades realizadas em um processo agregam valor;
- A elaboração de artefatos de referência para atender as necessidades de negócio;
- A mitigação de riscos com monitoramento de processos com base em requisitos de conformidades;
- A celeridade de respostas a desvios com base no acompanhamento o desempenho de processos interfuncionais;
- As eventuais medições de desempenho a fim de contribuir na determinação de controle de custos, qualidade e melhoria contínua;
- A desburocratização, racionalização da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, a modernização da gestão pública e a interação dos setores;
- O monitoramento do desempenho e a avaliação da concepção, a implementação e os resultados das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas; e
- O acesso às informações úteis, podendo ser criados repositórios de informações facilitando a transformação de processos, reação a mudanças em regras e regulamentação, multiplicar o conhecimento comum adquirido e assegurar a sustentabilidade e competitividade da organização.

RESULTADOS ESPERADOS

- A elaboração da modelagem, mapeamento e análise dos processos de trabalho da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), com o objetivo de identificar oportunidade de possíveis otimizações e melhorias;
- Implementação de controle dos processos e rotinas, promovendo maior confiabilidade e padronização na execução das atividades;
- Estabelecimento de indicadores para o acompanhamento e mensuração dos resultados esperados, garantindo a transparência e a possibilidade de ajustes contínuos para o alcance das metas estratégicas; e
- Criação de repositórios de informações úteis que facilitem a transformação de processos, reação a mudanças em regras e regulamentações, capazes de multiplicar o conhecimento comum adquirido e assegurar a sustentabilidade e competitividade da organização.

3.7.

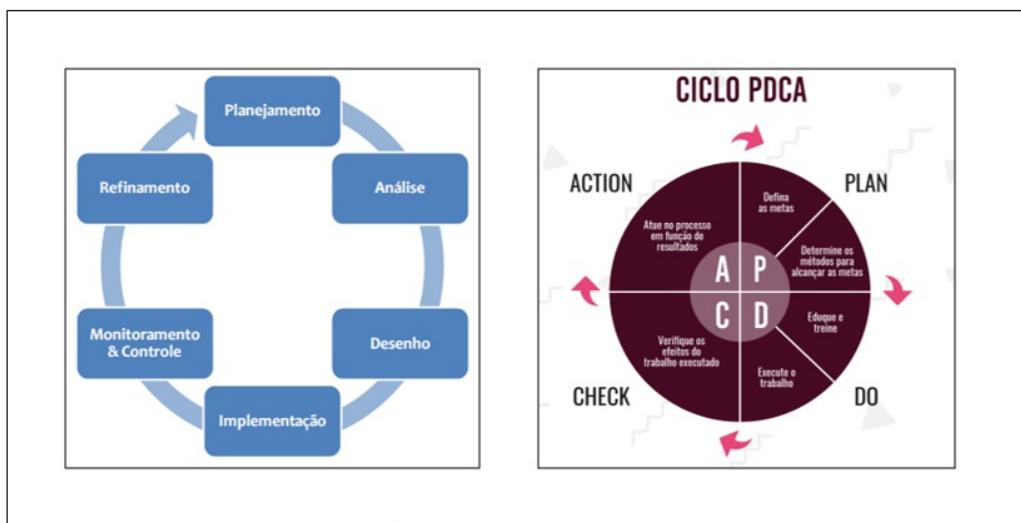
METODOLOGIA

3.8. A modelagem visa a criação de modelos de processos por meio da construção de diagramas operacionais que representam seu comportamento. Também tem a função de validar a ação ou o projeto, testando suas reações sob diversas condições eventuais, a fim de certificar que a sua operacionalização atenderá aos requisitos globais estabelecidos - qualidade, performance, custo, durabilidade, entre outros. Isso viabiliza a consolidação do conhecimento e a formulação de mudanças estruturadas, de forma a garantir a facilitação do cumprimento da missão institucional.

3.9. Para o trabalho a ser desenvolvido, faz-se necessária a adoção de uma metodologia capaz de direcionar os esforços de análise partindo do levantamento do estado atual - "como está" (*as is*), passando pela idealização do melhor cenário - "como deveria ser" (*should be*) - até a proposição da implementação mais adequada - "como será" (*to be*). Essa metodologia deve ter foco na análise e modelagem dos processos, com vistas à transformação e à melhoria de negócio da instituição.

3.10. A modelagem deve atingir os seguintes objetivos: entendimento, aprendizado, documentação e melhoria.

3.11. Abaixo, apresenta-se o ciclo de vida pretendido para processos e a metodologia a ser adotada para o controle e a melhoria contínua de processos, com base no método iterativo da gestão de quatros passos, conhecido como ciclo PDCA (do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACTION ou ACT/ADJUST):



Fontes: À esquerda: figura "Ciclo de vida BPM típico para processos com comportamento previsível (pré-modelados)" do BPM CBOK V3.0. À direita: figura apresentada no curso Análise e Melhoria de Processos – ENAP.

3.12. A ferramenta utilizada para a notação e elaboração dos fluxogramas ou diagramas tem que ser classificada como **BPMN Modeler**, conforme já mencionado no Item 5.7. Caso seja adotado software diverso pela contratada, esta terá a obrigação de garantir a migração para a ferramenta definida pela **CONTRATANTE**, assegurando a integridade de todas as informações na migração, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

3.13. Caberá à **CONTRATADA** a implementação dos processos na ferramenta de BPMS definida pela **CONTRATANTE**, bem como a respectiva transferência de conhecimento, efetivando seu uso no ambiente da **CONTRATANTE** para a execução das atividades objeto deste Termo de Referência. A modelagem será feita até o nível de tarefas.

3.14. Os modelos de documentos e artefatos a serem utilizados durante a execução das atividades deverão, preferencialmente, seguir os padrões e instrumentos já adotados pela **CONTRATANTE**, podendo ser ajustados em comum acordo com a **CONTRATADA**, desde que observadas as boas práticas de BPM e as diretrizes do CBOK.

3.15. O mapeamento e modelagem dos processos de negócio da SEEC objetiva a melhoria contínua, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos organizacionais, quando necessário, para futura automação de processos, abrangendo os seguintes serviços, os quais estão previstos no Catálogo de Serviços do ESPRO:

- 3.15.1. Elaborar Plano de Projeto;
- 3.15.2. Gerenciamento dos Riscos e Comunicação;
- 3.15.3. Desenvolver a Cadeia de Valor Agregado;
- 3.15.4. Desenvolver a Arquitetura de Processos;
- 3.15.5. Modelar Processo de Negócio (As Is);
- 3.15.6. Evoluir Processo Modelado;
- 3.15.7. Planejar a Automação de Processos;
- 3.15.8. Desenhar a Arquitetura da Solução;
- 3.15.9. Prototipar Telas do Processo;
- 3.15.10. Especificar Requisitos e Regras de Negócio;
- 3.15.11. Realizar Diagnóstico sobre a Automação do Processo;
- 3.15.12. Modelar Processos de Negócio (to be);
- 3.15.13. Desenvolver o Fluxo do Processo;
- 3.15.14. Desenvolver Formulários;
- 3.15.15. Consumo de Interface de Integração;
- 3.15.16. Assistir Homologação;
- 3.15.17. Elaborar manuais;
- 3.15.18. Realizar ajustes e melhorias em integrações;
- 3.15.19. Realizar ajustes e melhorias em formulários;
- 3.15.20. Realizar ajustes e melhorias em fluxos de processos;

- 3.15.21. Realizar ajustes e melhorias em relatórios;
- 3.15.22. Desenvolver relatório;
- 3.15.23. Desenvolver API;
- 3.15.24. Suporte Técnico em Sustentação de Processo Low-Code.

3.16. Diante do conjunto de atividades descritas, observa-se que os serviços a serem contratados possuem escopo definido e estão diretamente vinculados às necessidades institucionais do Escritório de Processos Institucionais (ESPRO) no atendimento às demandas da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC). O dimensionamento da contratação foi realizado com base em estimativas de consumo elaboradas a partir do planejamento institucional e da capacidade operacional prevista para a implantação progressiva dos serviços de gestão de processos de negócios (BPM).

3.17. Ademais, tendo em vista que a contratação foi dimensionada para atendimento exclusivo das necessidades institucionais previamente identificadas, razão pela qual o procedimento licitatório será realizado por Pregão eletrônico sem utilização de Ata de Registro de Preços, resultando na celebração de contrato administrativo com a licitante vencedora.

3.18. Por fim, as condições do serviço foram formuladas visando aprimorar a gestão dos recursos públicos, **alinhando-se às práticas do setor privado**. Isso ocorre mediante a adoção de padrões convencionais de mercado e de preços, com objetivo de atrair fornecedores qualificados, estimular a concorrência e promover a eficiência na execução de contratos, contribuindo para o alcance dos objetivos da administração pública e redução dos custos.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Por intermédio do Memorando Circular Nº 1/2025 - SEEC/SGE (164919863), foram mobilizadas as diversas unidades da SEEC para indicarem eventuais necessidades de modelagem e mapeamento de processos, com vistas ao adequado dimensionamento da força de trabalho necessária à presente contratação. Como resultado desse levantamento, foram identificados 350 processos pelas respectivas áreas.

4.2. Com base nesse diagnóstico, adotar-se-á como métrica para a execução do objeto contratual o padrão denominado Unidades de Serviços Técnicos (UST), que permite estimar de forma padronizada o esforço técnico envolvido nas atividades demandadas. A demanda máxima estimada para a execução do objeto é de **30.000 UST's**.

4.3. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com os padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos pela CONTRATANTE, observando as boas práticas reconhecidas no mercado, preferencialmente aquelas descritas no BPM CBOK e no Conjuntos de Conhecimentos sobre a Gestão de Projetos (Project Management Body of Knowledge), bem como os frameworks aplicáveis à Gestão por Processos e os de Gestão por Projetos. O serviço será executado mediante o atendimento de demandas formalizadas por meio de abertura de Ordens de Serviço (OS), as quais deverão ser atendidas e implantadas pela **CONTRATADA** nas instalações da CONTRATANTE.

4.4. O pagamento será realizado com base no quantitativo mensal dos resultado monitorados, recebidos e homologados pela CONTRATANTE como aderente às especificações e requisitos exigidos, aplicando-se, ainda, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

4.5. As Ordens de Serviços (OS), serão planejadas e emitidas com base no Catálogo descrito no item 3.15, o qual indicará a previsão de atividades inerentes às demandas de projetos de processos oriundas das diversas áreas da SEEC. O encaminhamento formal das OS's emitidas deverá observar o procedimento descrito nos itens 4.20 e seguintes deste Termo de Referência.

4.6. O consumo de UST's será definido conforme a demanda, formalizada na respectiva OS, devendo observar critérios como complexidade, prioridade, maturidade do processo e esforço técnico necessário. Esse consumo será variável, em função das demandas apresentadas pela CONTRATANTE, conforme disposto no Catálogo de Serviços, o qual descreve os tipos de solicitações contempladas pelo objeto do contrato.

4.7. A CONTRATANTE alinhará com a **CONTRATADA**, previamente à emissão da Ordem de Serviço (OS), o grau de esforço estimado e o nível de recursos esperados/planejados necessários para a sua execução.

4.8. A equipe de fiscalização do contrato observará se todas as atividades previstas serão plenamente executadas, se atividades adicionais ou retrabalho serão necessários, entre outros indicadores de esforço, podendo solicitar justificativa ou adequação das UST's inicialmente propostas pela contratada, caso o grau de esforço e comprometimento de recursos previstos para a consecução das atividades necessárias às entregas não estejam condizentes com a avaliação do projeto de mapeamento/modelagem.

4.9. O total de UST's e o esforço mensal estimado servirão como base de referência para os pagamentos da **CONTRATADA**, sobre o quais poderão incorrer eventuais repercussões decorrentes da apuração do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), incluindo suas possíveis glosas/multas ou aplicações de penalidades, conforme o caso.

4.10. A definição da quantidade de UST's deverá adotar a tabela a seguir como referência, não podendo ultrapassar o quantitativo máximo estabelecido no item 4.2 deste Termo de Referência:

| GRUPOS / SERVIÇOS | | MÉTRICA | ESTIMATIVA DE UST'S POR COMPLEXIDADE/ESFORÇO TÉCNICO | | | | |
|-------------------|--|-----------------------------------|--|-------|-------|------|------------|
| | | | MUITO BAIXA | BAIXA | MÉDIA | ALTA | MUITO ALTA |
| 1 | Elaborar Plano de Projeto | Por Plano de Projeto Elaborado | - | - | 8 | - | - |
| 2 | Gerenciamento do Riscos e Comunicação | Por Semana de Projeto | - | - | 10 | - | - |
| 3 | Desenvolver a Cadeia de Valor Agregado | Por Projeto de Implantação | - | - | 60 | - | - |
| 4 | Desenvolver a Arquitetura de Processos | Por Macroprocesso | - | - | 30 | - | - |
| 5 | Modelar Processo de Negócio (as is) | Por Processo de Negócio/Atividade | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |
| 6 | Evoluir Processo Modelado | Por Processo de Negócio/Atividade | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |
| 7 | Planejar a Automação de Processos | Por Processo de Negócio/Atividade | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| 8 | Desenhar a Arquitetura da Solução | Por Projeto de Implantação | - | - | 80 | - | - |
| 9 | Prototipar Telas do Processo | Por Processo de Negócio/Atividade | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| 10 | Especificar Requisitos e Regras de Negócio | Por Processo de Negócio/Atividade | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| 11 | Realizar Diagnóstico sobre a Automação do Processo | Por Processo de Negócio/Atividade | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |

| | | | | | | | |
|----|---|---|---|----|-----|----|-----|
| 12 | Modelar Processo de Negócio (to be) | Por Processo de Negócio/Atividade | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |
| 13 | Desenvolver o Fluxo do Processo | Por Processo de Negócio/Atividade | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |
| 14 | Desenvolver Formulários | Por Formulário | 2 | 6 | 10 | 15 | 20 |
| 15 | Consumo de Interface de Integração | Por Integração Consumida | - | - | 30 | - | - |
| 16 | Assistir Homologação | Por Processo de Negócio | - | - | 12 | - | - |
| 17 | Elaborar Manuais | Por Processo de Negócio | 5 | 8 | 12 | 15 | 18 |
| 18 | Realizar Ajustes e Melhorias em Integrações | Por Ajuste Realizado | - | - | 8 | - | - |
| 19 | Realizar Ajustes e Melhorias em Formulários | Por Formulário/Campos | 0,5 | 1 | 1,5 | 2 | 2,5 |
| 20 | Realizar Ajustes e Melhorias em Fluxos de Processos | Por Atividade | - | - | 5 | - | - |
| 21 | Realizar Ajustes e Melhorias em Relatórios | Por Item do Relatório | - | 2 | - | - | - |
| 22 | Desenvolver Relatório | Por Relatório | - | - | 8 | - | - |
| 23 | Desenvolver API | Por API/Campos da API | 10 | 15 | 25 | 50 | 80 |
| 24 | Suporte Técnico em Sustentação de Processo Low-Code | Por Mês/Quantidade de Processos Sustentados | Até 5 processos: 15 UST's por mês; De 6 a 10 processos: 20 UST's por mês; De 10 a 25 processos: 25 UST's por mês De 25 a 50 processos: 35 USTs por mês Acima de 50 processos: 45 USTs + 2 USTs por processo | | | | |

4.11. Os serviços a serem prestados pela **CONTRATADA** bem como o respectivo esforço medido em UST's deverão ser organizados e executados de acordo com o detalhamento apresentado no Catálogo a seguir:

ELABORAR PLANO DE PROJETO

| | |
|--------------------------------|--|
| Serviço: | Elaborar Plano de Projeto |
| Métrica: | Por plano de projeto elaborado |
| Descrição: | Preparar e manter o Plano de Projeto (no modelo ágil ou tradicional), identificando de forma clara: <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo e escopo (o que será feito); • Não escopo (o que está fora); • Premissas e restrições (condições e limites); • Partes interessadas (quem se envolve e quem decide); • Plano de comunicação (como as informações via circular); e • Lista e prioridade das atividades principais. |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Projeto (documento estruturado com os itens acima); ou • Termo de Abertura de Projeto (documento resumido que formaliza a autorização para iniciar o projeto). |
| Esforço em UST's | 8 |
| Perfil Profissional: | Gerente de Processos |

GERENCIAMENTO DOS RISCOS E COMUNICAÇÃO

| | |
|--------------------------------|--|
| Serviço: | Gerenciamento dos Riscos e Comunicação |
| Métrica: | Por semana de projeto |
| Descrição: | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a identificação, análise e resposta a riscos do projeto de processo, avaliando impactos, priorizando riscos e definindo estratégias para mitigação ou aproveitamento. • Reportar de forma simples o status dos projetos, destacando impedimentos, riscos e situações críticas relevantes aos gestores. |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> • Matriz de Riscos atualizada; ou • Plano de Comunicação com status atualizado para clientes e gestores. |
| Esforço em UST's | 10 |
| Perfil Profissional: | Gerente de Processos |

DESENVOLVER A CADEIA DE VALOR AGREGADO

| | |
|--------------------------------|---|
| Serviço: | Desenvolver A Cadeia de Valor Agregado |
| Métrica: | Por projeto de implantação |
| Descrição: | <ul style="list-style-type: none"> • Mapear, estruturar e representar os macroprocessos da organização, evidenciando objetivos e valor gerado; • Analisar a Cadeia de Valor atual da SEEC e das suas unidades organizacionais; • Construir proposta de Cadeia de Valor alinhada com a Estratégia da Instituição; |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> • Macroprocessos e processos com objetivos e funções descritos e identificação da unidade organizacional responsável; ou • Diagrama visual da Cadeia de Valor Agregado. |
| Esforço em UST's | 60 |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos |

DESENVOLVER A ARQUITETURA DE PROCESSOS

| | |
|--------------------------------|---|
| Serviço: | Desenvolver A Arquitetura de Processos |
| Métrica: | Por macroprocesso |
| Descrição: | Estruturar a visão organizacional do macroprocesso, identificando sua hierarquia (até o 3º nível), produtos gerados, interdependências, recursos e interfaces. |
| Produto ou Serviço Entregável: | <p>Diagrama de Arquitetura (ou Diagrama de Escopo), contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hierarquia detalhada; • Produtos e interdependências; • Responsáveis, sistemas e normas aplicáveis. |
| Esforço em UST's | 30 |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos |

MODELAR PROCESSO DE NEGÓCIO (AS IS)

| | | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Modelar Processo de Negócio (As Is) | | |
| Métrica: | Por processo ou atividade | | |
| Descrição: | Mapear o processo atual (como ele realmente ocorre), com diagrama e documentação detalhada. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> • Diagrama do Processo "As Is" - visão geral do processo, a partir da identificação dos seus componentes e suas interfaces com o ambiente interno/externo, definição do escopo da análise e da configuração do processo; • Documento contendo objetivo, responsáveis, posição na cadeia de valor, entradas, atividades, saídas, indicadores e normas aplicáveis. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos | | |

EVOLUIR PROCESSO MODELADO

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Evoluir Processo Modelado | | |
| Métrica: | Por processo ou atividade | | |
| Descrição: | Revisar e aprimorar processos já mapeados, atualizando diagramas e documentações conforme ajustes ou melhorias necessárias. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> • Documento com apontamento das alterações; • Diagrama revisado e atualizado. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | | | |

| | | | |
|----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos | | |

PLANEJAR A AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

| | | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|--------------------|
| Serviço: | Planejar A Automação de Processos | | |
| Métrica: | Por processo ou atividade | | |
| Descrição: | Organizar o planejamento das atividades para preparar a automação do processo. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | Plano de Desenvolvimento para Automação, contendo: visão, organização, gestão e cronograma. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 até 8 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 9 até 16 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 17 a 24 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 25 até 32 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 33 até 40 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Analista de TI | | |

DESENHAR A ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

| | | | |
|--------------------------------|--|--|--|
| Serviço: | Desenhar a Arquitetura da Solução | | |
| Métrica: | Por projeto de implantação | | |
| Descrição: | Elaborar arquitetura da solução, com diagramas para representar a automação do processo. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | Documento com visão de casos de uso, lógica, processos, implantação e arquitetura de referência. | | |
| Esforço em UST's | 80 | | |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Analista de TI | | |

PROTOTIPAR TELAS DO PROCESSO

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|--------------------|
| Serviço: | Prototipar telas do processo | | |
| Métrica: | Por processo/atividade | | |
| Descrição: | Criar protótipos das telas ou formulários que serão automatizados, validando com o dono do processo. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Protótipo validado pelo cliente. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 até 8 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 9 até 16 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 17 a 24 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 25 até 32 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 33 até 40 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor de TI | | |

ESPECIFICAR REQUISITOS E REGRAS DE NEGÓCIO

| | | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|--------------------|
| Serviço: | Especificar Requisitos e Regras de Negócio | | |
| Métrica: | Por processo/atividade | | |
| Descrição: | Levantar requisitos e regras de negócio com workshops, gerando documentação validada. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Documento de Requisitos; · Regra de Negócio; · Casos de Uso; · Glossário; e · Histórias de usuário. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 até 8 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 9 até 16 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 17 a 24 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 25 até 32 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 33 até 40 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor de TI | | |

REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A AUTOMAÇÃO DO PROCESSO

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Realizar diagnóstico sobre a automação do processo | | |
| Métrica: | Por processo/atividade | | |
| Descrição: | Diagnosticar viabilidade e necessidades para automação do processo, entendendo sistemas envolvidos e complexidade. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Relatório de diagnóstico. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos | | |

MODELAR PROCESSO DE NEGÓCIO (TO BE)

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Modelar Processo de Negócio (To Be) | | |
| Métrica: | Por processo/atividade | | |
| Descrição: | Modelar o processo "To Be" (como deverá funcionar após melhorias ou automação). | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | <ul style="list-style-type: none"> Diagrama do Processo "To Be"; e Documento contendo objetivo, responsáveis, posição na cadeia de valor, entradas, atividades, saídas, indicadores e normas aplicáveis. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos | | |

DESENVOLVER O FLUXO DO PROCESSO

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Desenvolver o Fluxo do Processo | | |
| Métrica: | Por processo/atividade | | |
| Descrição: | Criar e testar fluxos internos e ponta a ponta na solução tecnológica. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Processo disponível para homologação. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 atividades | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 atividades | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 atividades | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 atividades | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais atividades | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor de TI | | |

DESENVOLVER FORMULÁRIOS

| | | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Desenvolver Formulários | | |
| Métrica: | Por formulário | | |
| Descrição: | Criar formulários na ferramenta tecnológica, com campos, regras e testes. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Formulário disponível em homologação. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 5 campos | 2 UST's |
| | Baixa | de 6 a 10 campos | de 3 a 6 UST's |
| | Média | de 11 a 15 campos | de 7 a 10 UST's |
| | Alta | de 16 a 20 campos | de 11 a 15 UST's |
| | Muito Alta | 21 ou mais campos | de 16 a 20 UST's |
| Perfil Profissional: | Desenvolvedor de TI | | |

CONSUMO DE INTERFACE DE INTEGRAÇÃO

| | | | |
|--------------------------------|---|--|--|
| Serviço: | Consumo de interface de integração | | |
| Métrica: | Por integração | | |
| Descrição: | Parametrizar integrações, criar e testar fluxos entre sistemas. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Processo integrado disponível para homologação. | | |
| Esforço em UST's | 30 | | |
| Perfil Profissional: | Desenvolvedor Especialista | | |

ASSISTIR HOMOLOGAÇÃO

| | | | |
|--------------------------------|--|--|--|
| Serviço: | Assistir Homologação | | |
| Métrica: | Por processo | | |
| Descrição: | Apoiar cliente na homologação, corrigindo erros e orientando testes. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Processo homologado e release disponibilizada em produção. | | |
| Esforço em UST's | 12 | | |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; Desenvolver de TI; e Desenvolvedor Especialista | | |

ELABORAR MANUAIS

| | | |
|--------------------------------|---|------------------|
| Serviço: | Elaborar Manuais | |
| Métrica: | Por processo | |
| Descrição: | Criar materiais didáticos para uso do cidadão ou usuário final. | |
| Produto ou Serviço Entregável: | Manual finalizado. | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | de 1 a 5 UST's |
| | Baixa | de 6 a 8 UST's |
| | Média | de 9 a 12 UST's |
| | Alta | de 13 a 15 UST's |
| | Muito Alta | de 15 a 18 UST's |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos | |

REALIZAR AJUSTES E MELHORIAS EM INTEGRAÇÕES

| | | |
|--------------------------------|---|--|
| Serviço: | Realizar Ajustes e Melhorias em Integrações | |
| Métrica: | Por ajuste | |
| Descrição: | Ajustar integrações/API já existentes (campos, permissões, etc.). | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Integração ajustada em produção. | |
| Esforço em UST's | 8 | |
| Perfil Profissional: | Desenvolvedor TI; e Desenvolvedor Especialista | |

REALIZAR AJUSTES E MELHORIAS EM FORMULÁRIOS

| | | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Realizar Ajustes e Melhorias em Formulários | | |
| Métrica: | Por formulário/campo | | |
| Descrição: | Ajustar formulários já existentes (campos, hierarquias, regras, etc). | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Formulário ajustado em produção. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 5 campos | 0,5 |
| | Baixa | de 6 a 10 campos | 1 |
| | Média | de 11 a 15 campos | 1,5 |
| | Alta | de 16 a 20 campos | 2 |
| | Muito Alta | 21 ou mais campos | 2,5 |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor TI | | |

REALIZAR AJUSTES E MELHORIAS EM FLUXOS DE PROCESSOS

| | | |
|--------------------------------|--|--|
| Serviço: | Realizar Ajustes e Melhorias Em Fluxos de Processos | |
| Métrica: | Por Atividade | |
| Descrição: | Serviço de manutenção de produto que permite realizar ajustes e melhorias em fluxos de processos automatizados já existentes, tais como alteração/inclusão/exclusão de atividades, grupos de permissionamentos, etc. | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Fluxo ajustado em produção. | |
| Esforço em UST's | 5 | |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor de Tecnologia da Informação. | |

REALIZAR AJUSTES E MELHORIAS EM RELATÓRIOS

| | |
|--------------------------------|--|
| Serviço: | Realizar Ajustes e Melhorias em Relatórios |
| Métrica: | Por item do relatório |
| Descrição: | Ajustar relatórios já existentes (colunas, filtros, regras). |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Relatório ajustado em produção. |
| Esforço em UST's | 2 |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor TI |

DESENVOLVER RELATÓRIO

| | |
|--------------------------------|--|
| Serviço: | Desenvolver Relatório |
| Métrica: | Por relatório |
| Descrição: | Desenvolver novos relatórios na solução tecnológica, incluindo testes e homologação. |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Relatório novo disponibilizado em produção. |
| Esforço em UST's | 8 |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; e Desenvolvedor TI |

DESENVOLVER API

| | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------|
| Serviço: | Desenvolver API | | |
| Métrica: | Por API/campos | | |
| Descrição: | Criar API para integração ou exposição de informações do processo. | | |
| Produto ou Serviço Entregável: | · API disponibilizada em produção. | | |
| Esforço em UST's | Complexidade | Critério de classificação | Esforço estimado |
| | Muito Baixa | até 10 campos | de 1 a 10 UST's |
| | Baixa | de 11 a 20 campos | de 11 a 15 UST's |
| | Média | de 21 a 30 campos | de 16 a 25 UST's |
| | Alta | 31 a 40 campos | de 26 a 50 UST's |
| | Muito Alta | 41 ou mais campos | de 51 a 80 UST's |
| Perfil Profissional: | Desenvolvedor TI; e Desenvolvedor Especialista | | |

SUPOORTE TÉCNICO EM SUSTENTAÇÃO DE PROCESSO LOW-CODE

| | |
|--------------------------------|--|
| Serviço: | Suporte Técnico em Sustentação de Processos (Low-Code) |
| Métrica: | Por mês/processo sustentado |
| Descrição: | Prestar suporte técnico e manter produtos digitais funcionando, corrigindo erros, ajustando bases de dados, gerindo usuários e garantindo estabilidade. |
| Produto ou Serviço Entregável: | · Processos digitais sustentados e funcionando: Registro de Soluções implementadas. |
| Esforço em UST's | Até 5 processos: 15 USTs por mês; De 6 a 10 processos - 20 USTs por mês; De 10 a 25 processos - 25 USTs por mês De 25 a 50 processos - 35 USTs por mês Acima de 50 processos: 45 USTs + 2 UST's por processo |
| Perfil Profissional: | Analista de Processos; Desenvolvedor TI; e Desenvolvedor Especialista |

Atividades preparatórias

- 4.12. O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento, pela **CONTRATADA**, de Ordem de Serviço (OS) emitida pela **CONTRATANTE**.
- 4.13. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será promovida, em até 10 (dez) dias, reunião inicial (kick-off) de alinhamento de expectativas entre representantes da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**, onde serão discutidas as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, dentre outros.
- 4.14. Deverá ser apresentada a Carta de apresentação do Preposto, a qual conterá, no mínimo, o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para

acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à **CONTRATANTE**, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.15. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, devem estar presentes o gestor do contrato, os fiscais requisitante e técnico, o **PREPOSTO** da empresa e, se for o caso, servidores do ESPRO.

4.16. A **CONTRATANTE** poderá estabelecer reuniões periódicas, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do seu corpo técnico.

4.17. A **CONTRATANTE** conferirá o atendimento aos requisitos dos Perfis Profissionais estabelecidos neste Termo de Referência para os funcionários da **CONTRATADA**, sem prejuízo da avaliação destes requisitos durante a efetiva prestação do serviço.

4.18. Esta relação de funcionários deverá ser mantida atualizada pela **CONTRATADA** no caso de entrada e saída de funcionários que prestam serviços no âmbito do Contrato.

4.19. Entrega, por parte da **CONTRATADA**, do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência (Anexos IV e V deste Termo de Referência);

4.20. **Do encaminhamento formal de demandas.**

4.21. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Serviço (OS) para a solicitação dos serviços desejados, devendo observar o procedimento descrito nos itens 4.5 e seguintes deste Termo de Referência.

4.22. A OS é o instrumento padrão para formalização de demandas à **CONTRATADA**. A critério da **CONTRATANTE**, esse instrumento poderá ser elaborado de forma eletrônica em sistema informatizado hábil.

4.23. Encaminhadas as demandas à **CONTRATADA**, mediante OS, a ciência do Preposto deve ser registrada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do documento, na forma hábil pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, a **CONTRATANTE** considerará a OS como recebida pela **CONTRATADA**.

4.24. A OS conterá o prazo para início da prestação do serviço solicitado, que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS) ou equivalente, emitida pela **CONTRATANTE**, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pela **CONTRATADA** e autorizado pela **CONTRATANTE**.

4.25. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, prorrogar este prazo, mediante solicitação devidamente justificada da **CONTRATADA**.

4.26. As OS conterão, no mínimo, as seguintes informações:

4.27. Numeração;

4.28. Descrição da solicitação;

4.29. Identificação do Gestor do Contrato;

4.30. Especificações quanto ao tipo e ao volume da demanda (complexidade, prioridade, maturidade do processo e esforço técnico necessário);

4.31. Especificação quanto a remuneração (baseado nas UST's definidas);

4.32. Outras informações necessárias, quando for o caso.

4.33. As rotinas de execução do objeto contratual seguirão o cronograma físico financeiro, bem como as rotinas abaixo elencadas em sequência:

4.34. **CONTRATANTE e CONTRATADA**: Assinatura do Contrato;

4.35. **CONTRATADA**: Apresentação da garantia Contratual;

4.36. **CONTRATANTE**: Apresentação de Nota de Empenho e emissão e entrega de Ordens de Serviços (OS);

4.37. **CONTRATADA**: Emissão de Nota Fiscal referente aos serviços solicitados;

4.38. **CONTRATANTE**: Recebimento provisório dos produtos gerados, análise técnica destes e homologação pela área finalística;

4.39. **CONTRATANTE**: Validação da entrega, bem como o recebimento DEFINITIVO dos produtos gerados;

4.40. **CONTRATANTE**: Realização do pagamento;

4.41. **CONTRATADA e CONTRATANTE**: Procedimentos de gestão de contrato;

4.42. **CONTRATANTE**: Procedimentos administrativos de encerramento do contrato.

4.43. Em função da evolução da maturidade da **CONTRATANTE** e de sua interação com os produtos gerados - normativos, operacionais ou correlatos - decorrentes da dinâmica natural dos processos de trabalho, a versão inicial do Catálogo de Serviços (Item 3.15) poderá ser revista, desde que motivadamente e com o objetivo de promover sua adequação e o restabelecimento do equilíbrio entre **CONTRATANTE**, **CONTRATADA** e a realidade da demanda vigente, sem que isso implique alteração do número máximo de UST's contratadas.

4.44. Em caso de necessidade de alteração no Catálogo de Serviços, é imprescindível observar que tais alterações não podem, em hipótese alguma, alterar o objeto contratado, sob risco comprometer as condições de competitividade da licitação ou alterar o valor contratual.

4.45. As demandas pelos serviços poderão ser originadas por eventos previsíveis, programados ou imprevistos, em diferentes escalas de complexidade, mesmo que se refiram à mesma atividade descrita em Ordem de Serviço (OS) diferentes, desde que a execução e a entrega gerem produtos diferenciados. A adoção de valores de referência únicos e/ou máximos facilita a contabilização do valor agregado aos produtos gerados, todavia exige a definição prévia dos parâmetros relativos aos serviços correlacionados. Nesse sentido, a descrição dos serviços realizada a partir do item 4.9 referencia o dimensionamento do número de UST's necessárias para cada solicitação específica.

4.46. A **CONTRATADA** deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a disponibilidade de profissionais com os requisitos de qualificação técnica exigidos nos itens 4.53 a 4.59.7 deste Termo de Referência, para atendimento integral às demandas formalizadas pela **CONTRATANTE**, **independentemente da quantidade de Ordens de Serviço (OS) abertas simultaneamente** ou do volume de solicitações, desde que respeitados os quantitativos máximos estabelecidos no contrato.

4.47. A **CONTRATADA** deverá manter equipe técnica dimensionada de forma a garantir a execução adequada das atividades, **sem prejuízo da continuidade ou qualidade dos serviços**, assumindo a responsabilidade pela gestão interna de recursos para cumprimento dos prazos pactuados.

4.48. O não atendimento tempestivo às solicitações por insuficiência de equipe será considerado **inadimplemento contratual**, passível de aplicação de penalidades conforme previsto na legislação vigente e nos subitens contidos no item 8 deste Termo de Referência.

4.49. Toda a rotina de trabalho entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverá ser gerenciada visando controlar a emissão, execução, acompanhamento, validação e homologação dos produtos entregues.

4.50. O fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e licenças essenciais à adequada prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**. A **CONTRATANTE** não assumirá qualquer ônus referente à manutenção, substituição ou necessidades de incremento na quantidade ou capacidade desses itens após a implantação dos serviços.

4.51. A empresa contratada deverá programar os serviços de forma a compatibilizá-los com os horários de serviço do órgão demandante e dimensionar as equipes necessárias para o cumprimento do prazo contratual.

4.52. A empresa contratada deverá empregar mão-de-obra especializada em todos os serviços a serem executados, conforme item a seguir.

Requisitos de qualificação técnica dos profissionais

4.53. Com vistas ao atendimento da prestação de serviços, a **CONTRATADA** deverá dispor de pessoal qualificado dentro do perfil de cada categoria profissional para atender a demanda da **CONTRATANTE**, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

4.54. Deverá ser emitido atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência técnica da empresa licitante na execução dos serviços de características técnicas iguais ou semelhantes aos do presente Termo de Referência, conforme procedimento detalhado no item 10.23 e seguintes.

4.55. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de prestação de serviço semelhante ao objeto deste Termo de Referência utilizando metodologia aderente ao BPM/CBOK.

4.56. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de prestação de serviços de Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM) em instituições públicas ou privadas com quantitativo igual ou superior a 15.000 (quinze mil) UST's, horas técnicas ou equivalentes, de serviços constantes no catálogo de serviços, dentro do escopo de um contrato formal entre as partes. Poderá ser utilizado mais de um atestado para soma e comprovação do quantitativo mínimo.

4.57. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de experiência em implantação e operação de software de automação de processos de trabalho Business Process Management System (BPMS).

4.58. A empresa licitante deverá apresentar comprovação dos perfis dos profissionais que vierem a ser alocados na prestação de serviços, na emissão do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, que será feita da seguinte maneira:

- Formação acadêmica: diploma e certificação dos profissionais de acordo com o perfil profissional estabelecido neste Termo de Referência;
- Experiência profissional: cópia de contrato de trabalho, carteira de trabalho, termo de posse, nomeação ou instrumento similar que comprove o vínculo profissional e a função exercida ou contrato social, no caso de sócios;
- Experiência profissional: declarações ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado, assinados por representante legal, que indiquem o nome do profissional, o período de atuação, as atividades desempenhadas e a relação com os serviços previstos neste Termo de Referência;
- Diploma – diploma de conclusão de curso de nível superior e/ou de pós-graduação, quando for o caso, devidamente registrado, fornecido por instituição reconhecida pelo MEC, com a devida autenticação ou declaração da instituição de ensino, constando nome do profissional e curso concluído;
- Certificações técnicas: apresentação de cópia do certificado de conclusão ou aprovação emitido pela entidade certificadora, contendo nome do profissional, nome da certificação, data de emissão e, quando aplicável, validade, em conformidade com este Termo de Referência.

4.59. Para o desenvolvimento dos serviços descritos neste Termo de Referência é imprescindível que a equipe a ser disponibilizada conte com pelo menos os seguintes perfis profissionais mínimos obrigatórios, devendo estar relacionado no **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** o nome e o perfil do profissional:

4.59.1. **GERENTE DE PROCESSOS:** responsável por liderar as frentes de trabalho. Responde pela qualidade e pelo andamento da execução do objeto do contrato.

4.59.1.1. Principais atribuições:

- Gerenciar a execução dos serviços descritos no Catálogo de Serviços (gestão de portfólio);
- Organizar a execução dos serviços, supervisionando o planejamento e execução das atividades típicas das nove áreas de conhecimento do BPM/CBOK;
- Prestar suporte metodológico a equipe, garantindo a qualidade das entregas;
- Participar de reuniões gerenciais com a equipe da **CONTRATANTE** sempre que demandado;
- Atuar na resolução de problemas, na negociação, e articulação de soluções;

4.59.1.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou graduação em qualquer área e pós-graduação em gestão de processos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos em projetos de processos envolvendo análise, diagnóstico, mapeamento, redesenho, melhoria e indicadores de processos;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos como gestor de processos.

4.59.1.3. Requisitos desejáveis:

- Certificação CBPA (Certified Business Process Associate) ou CBPP (Certified Business Process Professional) emitida pela ABPMP (Association of Business Process Management) ou OCEB - OMG Certified Expert in BPM emitida pela OMG (Object Management Group).
- Especialização, MBA, Mestrado (latu sensu e/ou strictu sensu) ou Doutorado que tenham como temática áreas correlatas ao objeto do Contrato, como Gestão de Processos, Gestão de Projetos, Gestão de Negócios, Gestão Empresarial, Inovação ou Transformação Digital.

4.59.2. **ANALISTA DE PROCESSOS SÊNIOR:** responsável pelos projetos de transformação dos processos, mensurando e reportando o desempenho organizacional. Deverá executar, técnica e operacionalmente, as ordens de serviços - OS.

4.59.2.1. Principais atribuições:

- Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de mapeamento, modelagem, análise e redesenho de processos de negócio da **CONTRATANTE**, conforme diretrizes metodológicas de BPM;
- Conduzir oficinas, entrevistas e reuniões com as partes interessadas, promovendo alinhamento entre áreas de negócio, tecnologia e governança institucional;
- Atuar como referência técnica na aplicação da notação BPMN, assegurando a padronização e qualidade dos modelos produzidos;
- Diagnosticar problemas organizacionais complexos, identificar causas-raiz e propor soluções sustentáveis e alinhadas à estratégia institucional;
- Elaborar e validar documentos técnicos, como mapas de processos, matrizes de riscos, RACI, fluxogramas, indicadores de desempenho (KPIs), entre outros artefatos;
- Apoiar a priorização de iniciativas de transformação de processos, considerando critérios de valor público, custo-benefício, riscos e impactos organizacionais;
- Mentorar e apoiar tecnicamente outros analistas de processos da equipe, promovendo disseminação de boas práticas e conhecimento técnico;
- Apoiar a definição de requisitos de automação de processos, integrando as visões de negócio e tecnologia;
- Atuar junto à equipe do ESPRO para garantir conformidade com o Modelo de Governança por Processos estabelecido, assegurando a observância de metodologias, políticas e padrões adotados pela **CONTRATANTE**;
- Acompanhar e reportar o progresso das iniciativas de BPM, em conformidade com o Plano de Trabalho e os marcos definidos contratualmente.

4.59.2.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou graduação em qualquer área e pós-graduação em gestão de processos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos em projetos de processos envolvendo análise, diagnóstico, mapeamento, redesenho, melhoria e indicadores de processos;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos em BPM – Business Process Management, ferramentas de modelagem de processos e notação de modelagem de processos de negócio - BPMN;
- Amplo conhecimento na ferramenta Bizagi Modeler, preferencialmente, ou em ferramentas semelhantes.

4.59.2.3. Requisitos desejáveis:

- Certificação CBPA (Certified Business Process Associate) ou CBPP (Certified Business Process Professional) emitida pela ABPMP (Association of Business Process Management) ou OCEB - OMG Certified Expert in BPM emitida pela OMG (Object Management Group);

- Certificação reconhecida internacionalmente em gerenciamento de projetos (PMP, PRINCE2 ou similar) e/ou metodologias ágeis (PMI-ACP ou similar) e/ou gestão de processos (CBPL, CBPP, ou similar).

4.59.3. **ANALISTA DE PROCESSOS PLENO:** responsável pelos projetos de transformação dos processos, mensurando e reportando o desempenho organizacional. Deverá executar, técnica e operacionalmente, as ordens de serviços - OS.

4.59.3.1. Principais atribuições:

- Realizar modelagem de processos de negócio padrão BPMN na **CONTRATANTE**;
- Colaborar com o dono do processo no diagnóstico de problemas e propor soluções em processos de negócio;
- Realizar análise, propor melhorias e simular processos de negócio junto à **CONTRATANTE**;
- Levantar informações e elaborar documentos conforme previsto neste Termo de Referência;
- Realizar capacitações previstas neste termo de referência;
- Apoiar o **CONTRATANTE** na definição do escopo de cada iniciativa de Ciclo de Gestão de Processos;
- Acompanhamento do cronograma do Plano de Trabalho;
- Executar iniciativas de BPM em consonância com o Modelo de Governança por Processos estabelecidos pelo ESPRO.

4.59.3.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou graduação em qualquer área e pós-graduação em gestão de processos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em projetos de processos envolvendo análise, diagnóstico, mapeamento, redesenho, melhoria e indicadores de processos;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em BPM – Business Process Management, ferramentas de modelagem de processos e notação de modelagem de processos de negócio - BPMN;
- Curso de formação em BPMN/BPM com carga mínima de 40h;
- Amplo conhecimento na ferramenta Bizagi Modeler, preferencialmente, ou em ferramentas semelhantes;

4.59.3.3. Requisitos desejáveis:

- Certificação CBPA (Certified Business Process Associate) ou CBPP (Certified Business Process Professional) emitida pela ABPMP (Association of Business Process Management) ou OCEB - OMG Certified Expert in BPM emitida pela OMG (Object Management Group).
- Certificação reconhecida internacionalmente em gerenciamento de projetos (PMP, PRINCE2 ou similar) e/ou metodologias ágeis (PMI-ACP ou similar) e/ou gestão de processos (CBPL, CBPP, ou similar).

4.59.4. **ANALISTA DE PROCESSOS JÚNIOR:** responsável pelos projetos de transformação dos processos, mensurando e reportando o desempenho organizacional. Deverá executar, técnica e operacionalmente, as ordens de serviços - OS.

4.59.4.1. Principais atribuições:

- Apoiar o mapeamento e documentação de processos de negócio;
- Levantar informações com áreas envolvidas;
- Elaborar fluxos de processo conforme notação BPMN;
- Apoiar a produção de artefatos;
- Participar de reuniões técnicas e oficinas coordenadas por analistas plenos ou seniores;
- Realizar capacitações previstas neste termo de referência.

4.59.4.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou graduação em qualquer área e pós-graduação em gestão de processos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 1 (um) ano em projetos de processos envolvendo análise, diagnóstico, mapeamento, redesenho, melhoria e indicadores de processos;
- Comprovação de experiência de, no mínimo, 1 (um) anos em BPM – Business Process Management, ferramentas de modelagem de processos e notação de modelagem de processos de negócio - BPMN;
- Conhecimento na ferramenta Bizagi Modeler, preferencialmente, ou em ferramentas semelhantes;

4.59.5. **ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:** responsável por fornecer suporte técnico especializado às iniciativas de transformação de processos, com foco em automação, integração de sistemas e viabilidade técnica das soluções de TI associadas aos processos de negócio. Deve possuir conhecimento em arquitetura de sistemas, análise de requisitos, automação de processos e tecnologias aplicáveis ao BPM.

4.59.5.1. Principais atribuições:

- Apoiar a **CONTRATANTE** na identificação e análise de requisitos técnicos para automação e integração de processos de negócio;
- Avaliar a viabilidade técnica de melhorias propostas nos processos, considerando a arquitetura e os sistemas existentes na **CONTRATANTE**;
- Apoiar a definição de requisitos funcionais e não funcionais para desenvolvimento ou customização de soluções tecnológicas vinculadas aos processos de negócio;
- Identificar e propor soluções tecnológicas aderentes aos processos mapeados, com base em boas práticas de arquitetura de soluções e governança de TI;
- Colaborar com o Analista de Processos na identificação de oportunidades de automação e transformação digital;
- Participar de oficinas e reuniões técnicas com os donos de processo e áreas de TI da **CONTRATANTE**;
- Elaborar documentação técnica conforme previsto neste Termo de Referência;
- Realizar capacitações sobre os aspectos técnicos e tecnológicos previstos neste termo de referência;
- Acompanhar o cronograma das entregas técnicas do Plano de Trabalho;
- Executar suas atividades em consonância com o Modelo de Governança de TI e com o Modelo de Governança por Processos estabelecido pelo ESPRO.

4.59.5.2. Requisitos obrigatórios:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Tecnologia da Informação, ou em qualquer área com pós-graduação na área de TI, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

- Comprovação de experiência de experiência mínima de 2 (dois) anos em projetos de análise de sistemas, automação de processos, integração de sistemas ou desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao suporte de processos de negócio;
- Comprovação de experiência em tecnologias relacionadas a BPM, como motores de workflow (BPMS), ferramentas de integração (middleware/API), ou plataformas de automação de processos.

4.59.5.3. Requisitos desejáveis:

- Certificação técnica válida em uma das seguintes áreas:
 1. Automação de processos (ex: Camunda, Bizagi Automation, Appian, IBM BPM, etc.);
 2. Arquitetura de soluções (ex: TOGAF);
 3. Desenvolvimento ou integração de sistemas (ex: certificações Microsoft, Oracle, Java, etc.);
 4. Governança de TI (ex: ITIL Foundation ou COBIT Foundation).

4.59.6. **DESENVOLVEDOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PLENO):** Responsável pelo desenvolvimento, manutenção e integração de soluções tecnológicas necessárias à automação de processos de negócio, com base nos requisitos levantados durante os ciclos de BPM. Atua sob supervisão técnica, utilizando ferramentas e linguagens compatíveis com os padrões da **CONTRATANTE**.

4.59.6.1. Principais atribuições:

- Desenvolver e implementar rotinas e serviços para automação de processos modelados;
- Apoiar o Analista de TI na análise de viabilidade técnica das soluções de automação;
- Desenvolver e integrar sistemas e bases de dados com plataformas de BPM (BPMS);
- Criar interfaces, formulários eletrônicos e fluxos automatizados com base em processos "to be";
- Executar testes técnicos e apoiar homologações funcionais dos fluxos automatizados;
- Documentar os artefatos de software e soluções implementadas;
- Apoiar na correção de falhas e na evolução de soluções já implantadas.

4.59.6.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma de curso superior na área de Tecnologia da Informação ou qualquer área com pós-graduação em TI, emitido por instituição reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência mínima de 3 (três) a 5 (cinco) anos em desenvolvimento de sistemas de informação ou soluções de automação de processos;
- Conhecimento em linguagens de programação como Java, C#, JavaScript ou Python;
- Conhecimento em banco de dados relacionais (ex: SQL Server, PostgreSQL, Oracle);
- Conhecimento básico em ferramentas de BPMS ou automação de processos (ex: Bizagi, Camunda, Appian, etc.).

4.59.7. **DESENVOLVEDOR ESPECIALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Responsável técnico pelo desenho e implementação de soluções complexas de automação de processos de negócio, com ênfase em integração de sistemas, performance e governança técnica. Atua como referência técnica em desenvolvimento e arquitetura de soluções associadas ao BPM.

4.59.7.1. Principais atribuições:

- Projetar soluções técnicas para automação de processos, integradas aos sistemas da **CONTRATANTE**;
- Atuar no desenho de arquitetura de software para automação de ponta a ponta (end-to-end);
- Supervisionar e validar o desenvolvimento feito por desenvolvedores plenos ou terceiros;
- Garantir a conformidade das soluções com padrões de segurança, interoperabilidade e desempenho;
- Apoiar a definição de políticas e padrões de desenvolvimento de soluções automatizadas;
- Assessorar tecnicamente a **CONTRATANTE** em decisões sobre ferramentas e soluções de automação;
- Elaborar documentação técnica avançada e relatórios de avaliação de viabilidade técnica.

4.59.7.2. Requisitos Obrigatórios:

- Diploma de curso superior na área de Tecnologia da Informação ou qualquer área com pós-graduação em TI, emitido por instituição reconhecida pelo MEC;
- Comprovação de experiência acima de 5 (cinco) anos, com pelo menos 3 (anos) de especialização, em desenvolvimento de soluções de software, com pelo menos 2 (dois) anos em automação de processos ou BPMS;
- Experiência comprovada em projetos de integração de sistemas (uso de APIs, ESB, mensageria etc.);
- Conhecimentos em arquitetura de soluções e padrões como REST, SOAP, JSON, XML, OAuth, JWT;

4.59.7.3. Requisitos desejáveis:

- Certificação técnica ou de mercado em desenvolvimento de software ou arquitetura de soluções (ex: Microsoft, Oracle, TOGAF, Camunda Developer Certification, etc.).

Condições para acompanhamento e revisão dos serviços prestados

4.60. A **CONTRATADA** deverá viabilizar o acompanhamento dos trabalhos por parte da Comissão Executiva do contrato, reportando periodicamente as ações que estão sendo executadas, bem como prestando contas, sempre que requisitada, a qualquer tempo, sobre etapas e produtos descritos neste Termo de Referência.

4.61. A avaliação dos serviços prestados será realizada conforme verificação da qualidade técnica dos produtos entregues, da observância dos padrões e instrumentos já adotados pela **CONTRATANTE** e das boas práticas de BPM e diretrizes do CBOK. Além disso, serão verificados os critérios estabelecidos no ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO E FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO.

Critério de aceitação dos produtos

4.62. Os produtos e artefatos elaborados pela **CONTRATADA**, com base nas demandas de serviços formalizadas nas respectivas OS's, serão objeto de análise e aceite pela **CONTRATANTE**, por meio de reuniões técnicas de homologação.

4.63. As reuniões técnicas de acompanhamento e homologação serão realizadas com os seguintes objetivos:

- 4.63.1. Assegurar a qualidade técnica dos produtos;
- 4.63.2. Garantir o cumprimento das diretrizes metodológicas e tecnológicas estabelecidas;
- 4.63.3. Assegurar o prosseguimento dos serviços nos prazos estabelecidos, bem como, preventivamente, efetuar revisões do cronograma e solicitar realocação de recursos, se necessário;
- 4.63.4. Assegurar o atendimento às necessidades da **CONTRATANTE**;
- 4.63.5. Homologação, por parte da área finalística (Dono do processo), dos produtos e artefatos elaborados.

- 4.64. As reuniões de acompanhamento e/ou homologação contarão com a presença dos seguintes profissionais:
- 4.64.1. Dono de Processo (área finalística), Gestor do Processo (área finalística) e/ou Atores de Processo e equipe indicada por eles;
 - 4.64.2. Comissão Executiva do Contrato;
 - 4.64.3. Servidores do ESPRO responsáveis pelo suporte ao gerenciamento do projeto;
 - 4.64.4. Gerente de Processos e Analistas de Processos da **CONTRATADA**, responsáveis pelo processo/produto em discussão.
- 4.65. **Padrão e Aceite dos Artefatos Gerados**
- 4.66. Os produtos e artefatos específicos de cada processo, assim como o seu conteúdo, serão definidos pela Comissão Executiva do contrato e em alinhamento com a área finalística (Dono do processo), de acordo com as características da demanda e respeitada a metodologia adotada e referenciada nesta Especificação.
- 4.67. Todos os produtos e artefatos elaborados pela **CONTRATADA**, com base nas demandas de serviços formalizadas nas respectivas OS's, estarão sujeitos a validação considerando os padrões de boas práticas descritos no item 4.3 deste Termo de Referência, bem como à homologação final pela área finalística (Dono do processo).
- 4.68. Serão emitidos Termos de Aprovação, assinados pela Comissão Executiva do contrato e pela área finalística (Dono do processo), para todos os produtos demandados via OS e devidamente homologados, configurando o aceite dos mesmos.
- 4.69. A homologação total dos produtos gerados pela **CONTRATADA** ocorrerá apenas quando não houver nenhuma ressalva/pendência por parte da Comissão Executiva do contrato e pela área finalística (Dono do processo), sendo que as correções indicadas pela **CONTRATANTE**, nas etapas de homologação, deverão ser iniciadas imediatamente e finalizadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo dos demais serviços em execução.
- 4.70. A **CONTRATANTE** terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento provisório dos artefatos gerados e/ou alterados, para manifestar o aceite, mediante recebimento definitivo, sob pena de aceitação tácita.
- Local e horário da prestação dos serviços**
- 4.71. Os serviços que demandem interação com a **CONTRATANTE**, serão executados de maneira presencial, na sede da Secretaria de Estado de Economia do DF, ou remotamente, com a utilização de ferramentas de comunicação utilizadas pela SEEC. Eventualmente, e em caráter excepcional, poderão ser executadas em escritório da **CONTRATADA**.
- 4.72. Os serviços relacionados ao mapeamento e à modelagem de processos que não demandem interação direta com a **CONTRATANTE**, especialmente aqueles de natureza interna, como análise, tratamento e elaboração, serão executados nas dependências da **CONTRATADA**, com utilização de infraestrutura, recursos técnicos e operacionais próprios.
- 4.73. O início da prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência deve ser efetivado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS) ou equivalente, emitida pela **CONTRATANTE**, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pela **CONTRATADA** e autorizado pela **CONTRATANTE**.
- Rotinas a serem cumpridas**
- 4.74. A execução seguirá fluxo estruturado, iniciando-se com a assinatura do contrato entre as partes e apresentação da garantia pela **CONTRATADA**; em seguida, a **CONTRATANTE** emitirá Ordens de Serviço (OS), que formalizam as demandas e devem ser acusadas em até 24 horas, sendo nelas definidos escopo, prazos, esforço técnico e quantitativos (USTs); a **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 10 dias corridos, conforme prazo estabelecido na OS, executando-os de acordo com padrões técnicos e boas práticas reconhecidas; após a execução, a **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal e a **CONTRATANTE** realizará o recebimento provisório, análise técnica e homologação; na sequência, ocorrerá o recebimento definitivo, com validação das entregas, aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e pagamento conforme os resultados mensurados; durante toda a vigência, serão realizados procedimentos de gestão contratual por ambas as partes, até o encerramento administrativo do contrato pela **CONTRATANTE**, conforme já estão contempladas no item 4.0, Modelo de execução dos serviços deste Termo de Referência.
- Especificação da garantia do serviço**
- 4.75. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele previsto no código de proteção e defesa do consumidor, conforme a Lei Federal n.º 8.078, de 1990.
- Materiais a serem disponibilizados**
- 4.76. O fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e licenças essenciais à adequada prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**. A **CONTRATANTE** não assumirá qualquer ônus referente à manutenção, substituição ou necessidades de incremento na quantidade ou capacidade desses itens após a implantação dos serviços.
- Procedimentos de transição e finalização do contrato**
- 4.77. A transição contratual será realizada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo realizar, inclusive, a capacitação dos técnicos da **CONTRATANTE** ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- Obrigações da Contratada**
- 4.78. Cumprir fielmente as condições, exigências e prazos contidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 4.79. Prestar os serviços em conformidade com a metodologia adotada pela **CONTRATANTE**.
- 4.80. Indicar e manter preposto, e substituto, responsável pela supervisão permanente dos serviços prestados, durante todo o período de vigência do contrato, com poderes de representante legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato.
- 4.81. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela **CONTRATANTE**.
- 4.82. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus adicional à SEEC.
- 4.83. Comunicar à equipe de fiscalização do contrato, formalmente, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.
- 4.84. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela equipe de fiscalização do contrato.
- 4.85. Arcar com os eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou colaboradores envolvidos na execução do contrato.
- 4.86. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a SEEC, procedentes da prestação dos serviços do objeto desta contratação.
- 4.87. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da SEEC.
- 4.88. Substituir de imediato, qualquer profissional cuja conduta seja considerada inconveniente pela SEEC.
- 4.89. Atender às solicitações da SEEC, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos, ou quaisquer outras solicitações inerentes ao objeto do termo de referência.
- 4.90. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SEEC quanto à execução das atividades previstas.
- 4.91. Devolver, ao final do contrato, os recursos físicos ou tecnológicos disponibilizados pela SEEC.
- 4.92. Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da administração da SEEC.
- 4.93. Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados, com experiência e conhecimento compatíveis com os serviços a serem realizados, apresentando, quando solicitado pela SEEC, as comprovações necessárias.
- 4.94. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e normas regulamentadoras da medicina e segurança do trabalho.
- 4.95. Recrutar e empregar pessoal devidamente habilitado na execução dos serviços, responsabilizando-se, integralmente, pelo cumprimento das leis trabalhistas, da

Previdência Social e da legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.

- 4.96. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência.
- 4.97. Reparar, corrigir, remover e reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 4.98. Entregar a SEEC todos os arquivos, versões finais de produtos, documentos e quaisquer outros artefatos produzidos. A ausência de qualquer item acarretará aplicação das sanções administrativas.
- 4.99. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e Anexos, Edital e Contrato, de modo que sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, obedecendo às normas e rotinas da **CONTRATANTE**, em especial as que digam respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade, com pessoal devidamente qualificado e identificado, portando crachá de identificação quando estiverem nas dependências da **CONTRATANTE**, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 4.100. Manter, durante a vigência contratual, informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.
- 4.101. Indicar endereço de e-mail e responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas pelas **CONTRATADAS** para o e-mail indicado.
- 4.102. Manter, durante toda a vigência do contrato, os profissionais a ele alocados com as competências e certificações exigidas nas descrições dos serviços, bem como capacitá-los nas tecnologias que eventualmente venham a ser utilizadas durante sua execução. Tal qualificação sempre que exigida pela **CONTRATANTE**, deverá ser comprovada por currículos e certificados oficiais.
- 4.103. Aceitar acréscimos ou supressões no montante de até 25% do valor inicialmente contratado, conforme legislação aplicável.
- 4.104. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 4.105. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.106. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 4.107. Não utilizar softwares e aplicativos não licenciados para a SEEC, principalmente nos casos em que os servidores da SEEC necessitem visualizar, alterar ou editar.
- 4.108. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo realizar, inclusive, a capacitação dos técnicos da **CONTRATANTE** ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, conforme exposto no item 4.77.
- 4.109. Apresentar declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e não usa mão de obra infantil.
- 4.110. Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 4.111. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024.
- 4.112. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 4.113. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.
- 4.114. Ceder à **CONTRATANTE** todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do **CONTRATADO**.
- 4.115. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Obrigações da Contratante

- 4.116. Encaminhar formalmente a demanda de serviços por meio de "Ordem de Serviço", conforme descrito nos itens 4.1 e seguintes e 4.20 e seguintes deste Termo de Referência.
- 4.117. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.
- 4.118. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 4.119. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidores especialmente nomeados.
- 4.120. Permitir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências da SEEC, quando necessário, para realização dos serviços, de acordo com normas e procedimentos previamente estabelecidos.
- 4.121. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, do valor resultante da execução dos serviços, consoante as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.122. Informar à **CONTRATADA** atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados.
- 4.123. Notificar a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, sobre quaisquer irregularidades e inconformidades observadas durante a execução do contrato.
- 4.124. Notificar a **CONTRATADA** quanto a defeitos ou irregularidades verificados na execução das atividades objeto deste Termo de Referência, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a SEEC.
- 4.125. Promover a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por intermédio de profissional designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços, podendo ainda sustar, recusar, mandar desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.
- 4.126. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa **CONTRATADA** necessários para execução do objeto deste Termo de Referência.
- 4.127. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e serviços entregues pela **CONTRATADA**.
- 4.128. Fornecer as condições necessárias para o levantamento de informações, a ser realizado pela **CONTRATADA**, no mapeamento dos processos.
- 4.129. Efetuar a homologação e dar aceite definitivo dos serviços nos prazos estabelecidos.
- 4.130. Revogar e eliminar autorizações de acesso concedidas à **CONTRATADA** e a seus representantes ao final do contrato e quando houver substituições na equipe que atende a SEEC.
- 4.131. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da **CONTRATADA** conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.
- 4.132. Abster-se de qualquer interferência na administração interna da **CONTRATADA**, conforme inciso VI do art. 48 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.
- 4.133. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação

contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

4.134. Emitir, nas condições estabelecidas no documento contratual, o Termo de Encerramento do Contrato.

4.135. Receber os serviços e produtos entregues pela CONTRATADA, observando os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

4.136. Analisar e decidir as solicitações ou manifestações apresentadas pela CONTRATADA durante a execução do contrato, desde que pertinentes ao objeto contratual.

4.137. Decidir sobre as solicitações apresentadas pela CONTRATADA no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo do requerimento, admitida prorrogação por igual período mediante justificativa.

4.138. Comunicar a CONTRATADA para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, quando houver divergência quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável.

4.139. Analisar e responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Obrigações pertinentes à LGPD e Segurança da Informação

4.140. A CONTRATADA deverá:

4.141. Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta Secretaria, bem como às disposições da Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do contrato, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

4.142. Utilizar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprimento do objeto contratado.

4.143. Garantir que os dados pessoais somente sejam utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com os princípios de boa-fé e da LGPD (art. 6º).

4.144. Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; deverá manter em caráter confidencial todas as informações a que teve acesso, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato.

4.145. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses permitidas em lei.

4.146. Assinar o Termo de Confidencialidade Corporativo - Anexo II.

4.147. Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

4.148. O acesso dos profissionais da CONTRATADA aos ambientes da CONTRATANTE somente será admitido com prévia autorização e com observância aos padrões de segurança vigentes.

4.149. Manter registros rastreáveis de todos os tratamentos de dados realizados, incluindo data, hora, finalidade e identificação do responsável pelo acesso, garantindo a rastreabilidade e interoperabilidade dos bancos de dados utilizados, conforme LGPD (art. 37).

4.150. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus itens, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos à SEEC ou a terceiros.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vista à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.2. Para atendimento aos termos da Lei Distrital n.º 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

- Por declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou
- Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de qualquer ente da federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou
- Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

5.3. No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, poderá ser designada uma comissão de avaliadores que, juntamente com o agente de contratação, poderá inspecionar/visitar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

5.4. Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

Inexistência de Vínculo com a Administração Pública

5.5. A empresa vencedora deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, conforme modelo do Anexo IV, atestando que não possui, em seu quadro societário ou de dirigentes, pessoa que seja servidor público, empregado público ou ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera de governo, em situação que caracterize conflito de interesses, nos termos da Portaria CGDF nº 356, de 20 de junho de 2019 e em observância aos artigos 5º, 9º e 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

5.6. A declaração deverá abranger toda a composição societária e administrativa da empresa e deverá ser atualizada sempre que houver alteração superveniente relevante, durante o procedimento de contratação ou a execução contratual.

Indicação de marcas ou modelos

5.7. A ferramenta utilizada para a notação e elaboração dos fluxogramas ou diagramas tem que ser classificada como BPMN Modeler, destacando-se que, caso seja adotado software diverso pela contratada, esta terá a obrigação de garantir a migração para a ferramenta definida pela CONTRATANTE, assegurando a integridade de todas as informações na migração, sem ônus para a CONTRATANTE.

Subcontratação

5.8. São vedadas a subcontratação e a participação de consórcio no processo de seleção e na fase de contratação e execução do contrato, uma vez que os serviços a serem contratados são fornecidos por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

5.9. Pelo mesmo fato, não se admite a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública.

Garantia da contratação

5.10. A Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o artigo 98, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, conforme previsto no § 1º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 5.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato, em atendimento ao § 3º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.12. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 5.13. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 5.14. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 5.15. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 5.16. A apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 5.17. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 5.18. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica do Banco Regional de Brasília, com correção monetária.
- 5.19. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 5.20. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiados aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 5.21. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 5.22. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 5.23. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 5.24. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato ou do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 5.25. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 5.26. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 5.27. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 5.28. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 5.29. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 5.30. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 5.30.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 5.30.2. Caso se trate de modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 5.31. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 5.31.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 5.31.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 5.32. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 5.33. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 5.34. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 5.35. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- Vistoria**
- 5.36. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Durante a execução, a **CONTRATANTE** deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.6. Não estão previstas exigências que caracterizem intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado, neste Termo de Referência. Além disso, durante a vigência do contrato, é vedado ao Contratante fazer tais exigências, conforme estabelecido no artigo 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- Fiscalização**
- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.8. Durante a execução, o contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Reunião Inicial e Plano de Fiscalização

6.10. Após a assinatura do contrato, a **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para reunião inicial, a fim de apresentar formalmente o plano de fiscalização, que deverá conter: obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, plano complementar de execução da **CONTRATADA**, método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

Preposto

6.11. A **CONTRATADA** designará formalmente o preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.12. A **CONTRATADA** não necessitará manter o preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.13. A **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a **CONTRATADA** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização Técnica

6.14. O fiscal técnico prestará apoio técnico e operacional, fornecendo informações pertinentes às competências técnicas da execução do contrato, inclusive para a elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, conforme os incisos I e IX do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.15. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.16. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.17. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.18. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.19. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

Fiscalização Administrativa

6.21. O fiscal administrativo prestará apoio técnico e operacional com a realização de tarefas referentes ao controle de prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e termos aditivos, inclusive no auxílio para a elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, conforme os incisos I e VI do artigo 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

Gestor do Contrato

6.24. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.25. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.26. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.27. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.28. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.29. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.30. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.31. O gestor do contrato receberá e dará encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho e às notificações formais de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Crítérios de Aceitação.

6.32. A avaliação da qualidade do serviço entregue, para fins de aceitação, será realizada conforme procedimento descrito nos itens 4.61 e seguintes deste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

Crítérios de Medição, Pagamento e Reajuste

Medição

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento (itens 8.4.5. e seguintes deste Termo de Referência), proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- I - não produzir os resultados acordados;
 - II - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - III - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

- 7.4. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, conforme prazo estabelecido na Ordem de Serviço (OS), no prazo de 05 (cinco) dias úteis pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo para efeito de posterior comprovação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.
- 7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, os serviços estabelecidos na Ordem de Serviço (OS).
- 7.9. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último:
- 7.11. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.16. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, incluindo a conferência de especificações técnicas, integridade, funcionamento e apresentação de manuais, garantias, quando aplicáveis, e demais documentos exigidos, e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 7.16.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.16.5. O encaminhamento da nota fiscal para pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, condicionado ao ateste formal da fiscalização designada, que verificará a conformidade dos serviços com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.16.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.18. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.19. Constatada qualquer inconformidade, falha técnica ou desempenho insatisfatório, após a emissão da nota fiscal, o aceite será suspenso, podendo ser aplicada glosa total ou parcial, conforme o caso, sem prejuízo de correção da prestação dos serviços no prazo estabelecido pela Administração.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.22. O encaminhamento da nota fiscal para pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, condicionado ao ateste formal da fiscalização designada, que verificará a conformidade quantitativa e qualitativa do bem com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Liquidação

- 7.23. Conforme o art. 56 do Decreto Distrital nº 32.598/2010, fica o órgão central de administração financeira responsável pela orientação normativa referente à liquidação da despesa.
- 7.24. O pagamento ficará condicionado à apresentação de nota fiscal compatível com o objeto efetivamente aceito, bem como à juntada dos termos de recebimento definitivo, do ateste da fiscalização designada e do relatório técnico de conformidade.
- 7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.25.1. O prazo de validade;
 - 7.25.2. A data da emissão;
 - 7.25.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
 - 7.25.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.25.5. O valor a pagar; e
 - 7.25.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.27. O prazo de pagamento é de 10 dias úteis a contar do ateste de recebimento do objeto contratado, realizado pelo agente de fiscalização.

7.28. Os pagamentos serão realizados em conformidade com as etapas contratadas.

7.29. Os pagamentos devidos à contratada, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

7.30. É permitido descontar dos créditos da contratada qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

7.30.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deve ocorrer quando a contratada:

7.30.2. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.30.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

7.30.4. nos casos de não apresentação de garantia prevista em contrato.

7.31. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.31.1. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.31.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.31.3. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.32. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.

7.33. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.34. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

7.35. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao SICAF.

Condições de pagamento

7.36. O pagamento será realizado com base no quantitativo mensal dos resultados monitorados, recebidos e homologados pela **CONTRATANTE** como aderente às especificações e requisitos exigidos (itens 4.4 e seguintes deste Termo de Referência), e levará em consideração o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.37. Todos os faturamentos devem ser autorizados pela comissão executora do Contrato e segundo a orientação desta.

7.38. O faturamento e pagamento somente serão autorizados depois de efetuado o “atesto” pelo órgão executor do contrato, referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida.

7.39. A comissão executora do contrato conferirá a documentação entregue pela **CONTRATADA** e os dados do documento fiscal, a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

7.40. Dentre outros elementos deste Termo de Referência e Contrato, a comissão executora do contrato verificará, também, se:

7.40.1. as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

7.40.2. o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido;

7.40.3. existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura;

7.40.4. a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

Forma de pagamento

7.41. Autorizados o faturamento e pagamento, este será realizado em parcela única (referente a cada Nota Fiscal emitida), por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.42. Todas as obrigações financeiras decorrentes deste contrato, incluindo pagamentos, reajustes e eventuais penalidades, serão expressas e liquidadas exclusivamente em **moeda corrente nacional, Real (R\$)**, vedada qualquer vinculação ou pagamento em moeda estrangeira, em conformidade com a legislação vigente.

7.43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.44. As condições de pagamento seguem as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.

Reajuste

7.45. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.

7.46. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.47. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.49. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

8.1.1. A retenção ou glosa será definida pelo IMR, Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado e Faixas de Ajuste de Pagamento deste Termo de Referência.

8.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento.

8.4. são: Com base nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, as infrações e sanções previstas para esta contratação, sem prejuízo da aplicação de outros normativos,

8.4.1. Advertência:

- 8.4.1.1. Descumprir de cláusulas contratuais que não ensejem penalidades mais graves;
- 8.4.1.2. Atrasar a execução do contrato por motivos banais, deixando de entregar tarefas rotineiras dentro dos prazos previamente;
- 8.4.1.3. Demorar mais do que 5 dias (cinco) úteis para a indicação de preposto, quando aplicável;
- 8.4.1.4. Ignorar ou deixar de responder em prazos razoáveis questionamentos realizados pelos canais de comunicação estabelecidos no início do contrato, quando aplicável;
- 8.4.1.5. Entregar bens e/ou serviços com qualidade inadequada em termos de eficácia a efetividade;
- 8.4.1.6. Falta de zelo no preenchimento de ordens de serviço, quando aplicável, deixando de indicar datas, responsáveis pelo atendimento ou se utilizando de descrições genéricas que não correspondam aos serviços executados;
- 0.0.1. Faltar com o zelo de bens e espaços públicos, deixar de cumprir normas de separação de lixo, política de mesa limpa e uso de espaços coletivos, quando aplicável;
- 8.4.1.7. Inobservância dos códigos de vestimenta e código de conduta, quando aplicável;
- 8.4.1.8. Inobservância dos códigos de ética em vigor;

8.4.2. As penalidades de advertência serão convertidas em multa quando praticadas de forma reiterada, devendo o órgão sempre fazer o registro formal das penalidades aplicadas

8.4.3. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos:

- 8.4.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.4.3.2. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.4.3.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.4.3.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.4.3.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.4.3.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.4.3.7. As penalidades previstas nos incisos 10.1.4.1, 10.1.4.2 e 10.1.4.3 podem ensejar, cumulativamente, a aplicação de multa;

8.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

- 8.4.4.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.4.4.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.4.4.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.4.4.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.4.4.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 8.4.4.6. As sanções previstas podem ser aplicadas concomitantemente, conforme a gravidade do ato apurado.

8.4.5. Multa/Glosa

8.4.6. Para fins deste Termo de Referência, estabelece-se a distinção entre multa e glosa:

8.4.6.1. **Glosa:** corresponde ao ajuste financeiro aplicado em razão do desempenho da contratada, aferido por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), não possuindo natureza sancionatória, mas sim de adequação do pagamento ao nível de serviço efetivamente entregue;

8.4.6.2. **Multa:** constitui sanção administrativa aplicada em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente e do regulamento aplicável, possuindo caráter punitivo, observado o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

8.4.7. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela **CONTRATANTE**, conforme a tabela abaixo:

- 8.4.7.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 8.4.7.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 8.4.7.3. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4.7.4. Multas compensatórias:

| ID | Infrações | Sanção |
|----|---|-------------------------------------|
| A | dar causa à inexecução parcial do contrato; | Multa de 0,6 % do valor do Contrato |
| B | dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; | Multa de 0,7 % do valor do Contrato |
| C | dar causa à inexecução total do contrato; | Multa de 0,8 % do valor do Contrato |
| D | ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; | Multa de 0,5% do valor do Contrato |
| E | apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; | Multa de 1,5% do valor do Contrato |

| | | |
|----------|--|----------------------------------|
| F | praticar ato fraudulento na execução do contrato; | Multa de 3% do valor do Contrato |
| G | comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; | Multa de 3% do valor do Contrato |
| H | praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. | Multa de 5% do valor do Contrato |

8.4.8. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do Contrato.

8.4.9. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a **CONTRATADA:**

| ID | OCORRÊNCIA | AFERIÇÃO | GLOSA |
|----|---|-------------------------|---|
| 1 | Descumprir, injustificadamente, o(s) prazo(s) máximo(s) para o atendimento a cada solicitação de serviço | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 5% do valor faturado na OS |
| 2 | Descumprir, injustificadamente, o prazo de entrega de qualquer serviço solicitado | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 5% do valor faturado na OS |
| 3 | Defeitos técnicos recorrentes nos recursos tecnológicos utilizados | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 5% do valor faturado na OS |
| 4 | Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na apresentação da Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização. | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 5% do valor faturado na OS |
| 5 | Fornecer informação falsa de serviço | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 10% do valor faturado na OS |
| 6 | Não atender a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos, que não especificada nesta tabela. | Por ocorrência | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 10% do valor faturado na OS |
| 7 | Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços | Por empregado e por dia | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 10% do valor faturado na OS |
| 8 | Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições. | Por empregado e por dia | Ocorrência única: advertência Reincidência: Glosa correspondente a 10% do valor faturado na OS |

8.4.10. **Na aplicação das sanções, serão considerados:**

- 8.4.10.1. natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.4.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.4.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.4.10.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, Lei nº 14.133/2021).

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).

8.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (por extenso) dias úteis ou corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela referida autarquia decorrentes de um futuro contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesmo órgão ora contratante.

9. DAS CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

9.1. As partes devem aderir aos mais altos padrões éticos, denunciando ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação quanto durante a negociação ou a execução do CONTRATO.

9.2. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do BID, por meio da página Web <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/transparencia/sistema-desancoes/escritorio-da-integridade-institucional>, para que se realize a devida investigação.

9.3. Nos termos do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR e suas Normas Gerais (178975480), das "Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2349-15" (178975928) e das "Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2350-15" (178975646), as partes poderão ser sancionadas pelo BID se verificado o cometimento de Práticas Proibidas por parte de mutuários (incluindo beneficiários de doações), órgãos executores e organismos contratantes, bem como firmas, entidades ou indivíduos licitando ou participando de uma atividade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer com atribuições expressas ou implícitas).

9.4. São Práticas Proibidas:

9.4.1. prática corrupta: consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

9.4.2. Prática fraudulenta: é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

9.4.3. Prática coercitiva: consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou a seus bens, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

9.4.4. Prática colusiva: é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

9.5. Prática obstrutiva consiste em:

9.5.1. destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;

9.5.2. ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedir a divulgação de assuntos relevantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou

9.5.3. todo ato que vise impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos no parágrafo 1.16 (f) das Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - GN-2349-15 ou seus direitos de acesso à informação; e

9.5.4. apropriação indébita: consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica.

10.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e aos incisos I e II, do art. 33 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.3. A adjudicação da contratação deve ser procedida **POR ITEM**, conforme justificativas:

10.3.1. A adjudicação da contratação pelo critério de menor preço por item visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promovendo a competitividade entre os licitantes e a obtenção de proposta mais econômica e adequada às necessidades institucionais,

10.3.2. Ressalta-se que a presente contratação refere-se a serviço de mapeamento e modelagem de processos estruturado como **item único**, não sendo viável o parcelamento do objeto, uma vez que as atividades são interdependentes e compõem solução integrada, conforme art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se, assim, a eficiência e a adequada execução contratual.

Proposta

10.4. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste termo de referência e/ou edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Modo de Disputa

10.6. O modo de disputa será **aberto**.

10.7. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na contratação do objeto.

10.8. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para a Administração.

A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.

10.9. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

Regime de execução

10.10. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**, considerando que a contratação será operacionalizada por meio de

catálogo de serviços, com execução sob demanda e remuneração vinculada às quantidades efetivamente realizadas.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.11. Para fins de aceitabilidade, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Participação de consórcio e de cooperativa

10.12. Consórcio

10.12.1. Não será admitida a participação de **consórcios** na presente licitação. Essa vedação fundamenta-se na natureza do objeto a ser contratado, que consiste no fornecimento de material amplamente disponível no mercado, sem apresentar qualquer complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a formação de consórcios. Trata-se de item padronizado, com oferta pulverizada entre diversos fornecedores, capazes de atender individualmente à demanda da Administração.

10.12.2. Nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá vedar a participação de consórcios, desde que haja justificativa técnica e econômica.

10.12.3. Permitir a participação de consórcios em certame de objeto simples e de fornecimento comum poderia reduzir a competitividade, propiciar a formação de agrupamentos artificiais de empresas e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a contratação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, inclusive no que se refere a obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que pode representar risco à Administração Pública, em caso de inadimplemento por parte de uma das consorciadas.

10.12.4. Dessa forma, considerando os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, entende-se que a vedação à participação de consórcios neste certame atende ao interesse público e assegura maior segurança jurídica e administrativa à contratação a ser realizada pelo Governo do Distrito Federal.

10.13. Cooperativas

10.13.1. A participação de **cooperativas** não será permitida tendo em vista o previsto na letra "a" do inciso I do art. 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o qual veda ao agente público designado atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, *"admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas."*

10.13.2. Ademais, a vedação decorre do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, que condiciona a participação de cooperativas à comprovação de que a execução do objeto é compatível com a sua forma organizacional e com os princípios do cooperativismo.

10.13.3. No caso em análise, trata-se da contratação de **serviços de mapeamento e modelagem de processos**, bem de uso corrente no mercado, cuja comercialização é realizada predominantemente por empresas comerciais especializadas, em regime de fornecimento contínuo ou parcelado. Tal característica de oferta e de estrutura operacional afasta a possibilidade de compatibilização do objeto com o modelo de atuação das cooperativas, que, via de regra, não desempenham atividades típicas de distribuição ou fornecimento mercantil de bens dessa natureza.

10.13.4. Adicionalmente, a experiência administrativa e a análise do mercado fornecedor demonstram que:

- a) A forma de fornecimento e a frequência regular de contratação pela Administração não se coadunam com a estrutura e a finalidade das sociedades cooperativas;
- b) A eventual admissão de cooperativas poderia gerar desequilíbrio concorrencial, considerando a diferença de regime jurídico, tributário e trabalhista em relação às empresas comerciais;
- c) A restrição está em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da vantajosidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, evitando distorções e assegurando que a disputa ocorra entre os agentes que efetivamente atuam nesse segmento do mercado.

10.13.5. Dessa forma, a vedação não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar a adequação técnica, a justa competição e a compatibilidade entre a natureza do objeto e o perfil dos licitantes habilitados.

Tratamento Favorecido e diferenciado às Entidades Preferenciais

10.14. Cota Reservada

10.15. Não se aplica à presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços especializados de **modelagem de processos**, a previsão de tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de cota reservada, nos termos da legislação vigente.

10.16. A adoção de cota reservada de até 25% do objeto, prevista no Decreto Distrital nº 35.592/2014, mostra-se **tecnicamente inadequada** no caso concreto, conforme fundamentado a seguir:

10.17. **Indivisibilidade técnica do objeto:** os serviços de modelagem de processos possuem natureza intelectual, contínua e integrada, exigindo uniformidade metodológica, padronização de entregas e visão sistêmica dos processos organizacionais, o que inviabiliza sua divisão em cotas sem prejuízo à qualidade do produto final;

10.18. **Prejuízo à padronização e à consistência metodológica:** a eventual execução por múltiplos contratados pode gerar divergências na aplicação de metodologias (como BPMN ou equivalentes), inconsistência entre modelos e aumento do retrabalho, comprometendo a governança dos processos mapeados;

10.19. **Comprometimento da eficiência e economicidade:** a fragmentação do objeto implicaria aumento da complexidade na gestão contratual, na fiscalização e na integração das entregas, elevando custos administrativos e reduzindo a eficiência da contratação;

10.20. **Natureza técnica especializada e necessidade de responsabilidade única:** o objeto demanda equipe com qualificação específica e atuação coordenada, sendo mais adequado que um único contratado responda pela execução integral, garantindo coerência e responsabilidade sobre os resultados;

10.21. **Previsão normativa de exceção:** nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a adoção de cota reservada aplica-se a objetos divisíveis, o que não se verifica na presente contratação. Ademais, a não aplicação do tratamento diferenciado é admitida quando houver **inviabilidade técnica ou prejuízo ao conjunto do objeto**, conforme interpretação sistemática do referido decreto e da legislação correlata.

Formas de Execução dos serviços

10.22. A execução dos serviços se dará de maneira continuada, considerando as características do serviço contratado, bem como a necessidade do órgão.

Exigências de habilitação

10.23. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.24. Comprovação de Habilitação Técnica:

10.25. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, que comprovem a execução de serviços com características, complexidade e porte equivalentes ao objeto deste Termo de Referência, conforme item 10.38. Admitindo-se, excepcionalmente, atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, desde que comprovada a similaridade quanto às exigências legais, regulatórias e de controle inerentes ao setor público.

10.26. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por órgãos ou entidades da Administração Pública justifica-se em razão das especificidades inerentes ao objeto da contratação, que demandam experiência prévia em ambiente público. Adicionalmente, destaca-se que o contexto organizacional do setor público apresenta particularidades relevantes, como estrutura decisória mais complexa, necessidade de alinhamento com políticas públicas, integração com sistemas governamentais e atendimento a requisitos formais e legais que não se aplicam, ou se aplicam de forma distinta, à iniciativa privada

10.27. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.28. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.29. Comprovação da Habilitação Jurídica:

- 10.29.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.29.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.29.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [Autenticidade certificado MEI](#);
- 10.29.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.29.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.29.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.29.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.29.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.30. **Comprovação da habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 10.30.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.30.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.30.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.30.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
- 10.30.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.30.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.30.7. Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- 10.30.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.30.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.31. **Qualificação econômico-financeira:**

- 10.31.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.
- 10.31.2. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **30 (trinta) dias**, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 10.31.3. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 10.31.4. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- 10.31.5. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação. Essa exigência se justifica pelo risco de inexecução total ou parcial do contrato que poderá acarretar para a Administração Pública, considerando-se a essencialidade do objeto e o tempo de duração do contrato.
- 10.31.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída a menos de 2 (dois) anos;
- 10.31.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.31.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

- 10.31.9. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.31.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 10.32. O licitante deverá fornecer juntamente com os demais documentos de habilitação, nos termos do art. 67, da Lei Federal 14.133, de 2021:
- I - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Comprovação da Habilitação técnico-operacional

- 10.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, de acordo com art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- a) A soma dos atestados apresentados deverão comprovar o fornecimento de quantitativos, conforme descrito nos itens 4.53 a 4.59 deste Termo de Referência, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 67, da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.
- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 10.34. O licitante será desclassificado caso não comprove, por meio dos documentos exigidos, o atendimento aos requisitos de qualificação técnica estabelecidos neste Edital;
- 10.35. A Administração poderá realizar inspeções ou diligências para comprovar as informações dos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, bem como solicitar documentos complementares, como contratos, notas fiscais e notas de empenho.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.36. As empresas proponentes deverão demonstrar capacidade técnica para execução dos serviços por meio de atendimento dos requisitos descritos nos itens 4 e 5 deste Termo de Referência, e demais condições de habilitação permitidas pela legislação vigente.
- 10.37. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para se executado em prazo inferior.
- 10.38. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter:
- I. Nome da empresa ou órgão que forneceu o atestado;
- II. Descrição detalhada do serviço prestado;
- III. Manifestação expressamente positiva acerca da qualidade dos serviços prestados; e
- IV. Endereço e identificação completos do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.
- 10.39. Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 10.40. A empresa proponente deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual e local em que foram prestados os serviços.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.41. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.249.700,00 (Dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e setecentos reais)**, o qual foi definido utilizando a metodologia legal, com base em uma pesquisa de preços que sinaliza valor de referência que representa o de mercado.
- 11.42. Com o objetivo de assegurar a transparência e a efetividade no processo licitatório, o **valor estimado desta contratação será divulgado no momento da publicação do instrumento convocatório**, não sendo, portanto, sigiloso. Essa decisão está fundamentada no §1º do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, que admite a divulgação do valor estimado, ressalvada a hipótese de sigilo justificado e tecnicamente fundamentado pela autoridade competente — o que não se verifica neste caso, dada a natureza do objeto e a ausência de riscos à competitividade.
- 11.42.1. A divulgação do custo estimado visa fomentar a ampla competitividade entre os licitantes, garantindo que as propostas apresentadas estejam em consonância com os preços praticados no mercado, o que contribui para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme previsto no art. 11 da mesma lei. Além disso, reforça o princípio da publicidade (art. 5º, inciso I), da isonomia (art. 5º, inciso II) e da eficiência (art. 5º, inciso VI), assegurando maior controle social e institucional sobre a contratação pública.
- 11.42.2. Trata-se também de medida alinhada com as orientações constantes no *Caderno de Logística - Pesquisa de Preços e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021*, que destacam a importância da transparência e da rastreabilidade na formação do valor estimado, como instrumento de prevenção a sobrepreços e superfaturamentos.
- 11.42.3. Por fim, a divulgação do valor estimado contribui para o fortalecimento das práticas de governança, integridade e gestão responsável dos recursos públicos, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas e com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 12.2.1. Gestão/Unidade: 130103-00001 – Seção de Orçamento da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
- 12.2.2. Fonte de Recursos: 136 – Operação de Crédito Externo (PRODEFAZ/PROFISCO).
- 12.2.3. Programa de Trabalho: 04.122.6203.3104.0001 – Programa de Desenvolvimento Fazendário do DF – PRODEFAZ/PROFISCO – DISTRITO FEDERAL.
- 12.3. A estimativa do impacto no orçamento está detalhada a seguir:

| | |
|------|----------------|
| 2026 | R\$ 337.455,00 |
| 2027 | R\$ 674.910,00 |
| 2028 | R\$ 787.395,00 |

| | |
|------|----------------|
| 2029 | R\$ 449.940,00 |
|------|----------------|

Tabela cronograma físico-financeiro

| Item | Métrica | Prazo para pagamento (sob demanda) | Impacto financeiro para 2026 |
|---|----------------------------------|---|------------------------------|
| Serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (<i>Business Process Management - BPM</i>) e com a notação <i>Business Process Model and Notation</i> (BPMN) | Unidade de Serviço Técnico (UST) | 10 (dez) dias úteis, contados do atesto emitido pela comissão executora do contrato, referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida | R\$ 337.455,00 |

12.4. Lógica da distribuição do orçamento:

- 12.4.1. 2026: mobilização, diagnóstico inicial e processos mapeados.
- 12.4.2. 2027: ganho de escala, maior volume de mapeamento e modelagem.
- 12.4.3. 2028: auge do trabalho, consolidação da arquitetura de processos.
- 12.4.4. 2029: ajustes, otimizações e sustentação (menor intensidade).

13. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, em atendimento a Lei nº 12.527, de 2011.

14. **ANEXOS**

14.1. São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:

- 14.1.1. Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado e faixas de ajuste de pagamento;
- 14.1.2. Anexo II - Termo de Confidencialidade Corporativo;
- 14.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração de Sigilo;
- 14.1.4. Anexo IV - Modelo de Termo de Compromisso;
- 14.1.5. Anexo V - Modelo de Termo de Ciência;
- 14.1.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de não existência de vínculo com a Administração;

ANEXO I (Do TR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO E FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 05 (cinco) indicadores de qualidade: prestar os serviços na periodicidade e nos horários predeterminados pela **CONTRATANTE**, cumprir determinações e notificações do fiscal do contrato, tempo de resposta às solicitações da **CONTRATANTE**, executar o contrato conforme especificações do Termo de Referência e outras obrigações contratuais diversas.

Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 00 (zero) e 100 (cem).

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

| Indicador | |
|---|--|
| N.º 01. Prestar os serviços na periodicidade predeterminados pela Contratante | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir a prestação plena do serviço contratado. |
| Meta a cumprir | Cumprimento do prazo estabelecido no item 4.24 e entrega dos produtos que compõem o Catálogo de Serviços (item 3.15), dentro do prazo estipulado na Ordem de Serviço (OS) |
| Instrumento de medição | Observância do prazo inicial para prestação do serviço demandado na OS e de entrega dos produtos no prazo determinado. |
| Forma de acompanhamento | Pelo Gestor do contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Após a emissão e execução das Ordens de Serviço |
| Mecanismo de Cálculo | Resolução definitiva na prestação dos serviços. |
| Faixas de ajuste de pagamento | - Sem ocorrências = 20 Pontos; - 01 ocorrência = 15 Pontos; - 02 ocorrências = 10 Pontos; - 03 ocorrências = 05 Pontos; e - 04 ou mais ocorrências = 00 Ponto. |
| Sanções | Ver item 8 |

| Indicador | |
|---|--|
| N.º 02. Cumprir determinações e notificações relativas aos serviços | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Executar determinações e notificações do Gestor do contrato. |
| Meta a cumprir | Cumprimento de determinações e notificações do Gestor do contrato |
| Instrumento de medição | Cumprimento da meta e/ou ajustes estipulados para cada produto ou produtos demandados nas OS's. |
| Forma de acompanhamento | Pelo Fiscal do contrato através de Registos. |
| Periodicidade | Após a emissão e execução das Ordens de Serviço |
| Mecanismo de Cálculo | Resolução definitiva no atendimento de determinações e notificações do Gestor do contrato. |
| Faixas de ajuste de pagamento | - Sem ocorrências = 20 pontos; - 01 ocorrência = 15 pontos; - 02 ocorrências = 10 pontos; - 03 ocorrências = 05 pontos; e - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto. |
| Sanções | Ver item 8 |

| Indicador | |
|--|--|
| N.º 03. Tempo de resposta às solicitações da Contratante | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração. |
| Meta a cumprir | Atendimento pela Contratada dentro do prazo concedido pela Contratante. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências. |
| Forma de acompanhamento | Pelo Gestor do contrato através de Registos. |
| Periodicidade | Por evento/solicitação à Contratante/preposto. |
| Mecanismo de Cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta. |
| Faixas de ajuste de pagamento | - Sem ocorrências = 20 pontos; - 01 ocorrência = 15 pontos; - 02 ocorrências = 10 pontos; - 03 ocorrências = 05 pontos; e - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto. |
| Sanções | Ver item 8 |

| Indicador | |
|---|--|
| N.º 04. Executar o contrato conforme especificações do Termo de Referência - Item 4.0 | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Verificar os serviços que estão sendo executados. |
| Meta a cumprir | Cumprir obrigações contratuais. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrência. |
| Forma de acompanhamento | Pelo Fiscal do contrato através de Registos. |
| Periodicidade | Mensalmente |
| Mecanismo de Cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas. |
| Faixas de ajuste de pagamento | - Sem ocorrências = 20 pontos; - 01 ocorrência = 15 pontos; - 02 ocorrências = 10 pontos; - 03 ocorrências = 05 pontos; e - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto. |
| Sanções | Ver Item 8 |

As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 00 (zero) a 100 (cem) pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

| Faixas de Pontuação de Qualidade de Serviço | Pagamento Devido | Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado |
|---|------------------------|--|
| De 80 a 100 pontos | 100% do valor previsto | 1,00 |
| De 70 a 79 pontos | 97% do valor previsto | 0,97 |
| De 60 a 69 pontos | 95% do valor previsto | 0,95 |
| De 50 a 59 pontos | 93% do valor previsto | 0,93 |
| Abaixo de 50 pontos | 90% do valor previsto | 0,90 |
| Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)] | | |

1. A avaliação abaixo de 50 (cinquenta) pontos por 03 (três) vezes poderá motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual do deste edital, a exemplo de

multa e/ou a rescisão do Contrato.

- O ajustamento do pagamento de acordo com a pontuação obtida no IMR, não impede a **CONTRATANTE** aplicar as sanções previstas no Edital e seus respectivos anexos.
- Checklist para avaliação do Nível dos Serviços:

| Indicador | Critérios (Faixas de Pontuação) | Pontos | Avaliação |
|---|---------------------------------|-----------|-----------|
| 1) Prestar os serviços na periodicidade predeterminados pela contratante. | Sem ocorrência | 20 pontos | |
| | 01 ocorrência | 15 pontos | |
| | 02 ocorrências | 10 pontos | |
| | 03 ocorrências | 05 pontos | |
| | 04 ou mais ocorrências | 00 ponto | |
| 2) Cumprir determinações e notificações do fiscal do contrato | Sem ocorrência | 20 pontos | |
| | 01 ocorrência | 15 pontos | |
| | 02 ocorrências | 10 pontos | |
| | 03 ocorrências | 05 pontos | |
| | 04 ou mais ocorrências | 00 ponto | |
| 3) Tempo de Resposta às solicitações da Contratante. | Sem ocorrência | 20 pontos | |
| | 01 ocorrência | 15 pontos | |
| | 02 ocorrências | 10 pontos | |
| | 03 ocorrências | 05 pontos | |
| | 04 ou mais ocorrências | 00 ponto | |
| 4) Executar o contrato conforme especificações do Termo de Referência. | Sem ocorrência | 20 pontos | |
| | 01 ocorrência | 15 pontos | |
| | 02 ocorrências | 10 pontos | |
| | 03 ocorrências | 05 pontos | |
| | 04 ou mais ocorrências | 00 ponto | |

ANEXO II (Do TR)
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, em razão do contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e a empresa **CONTRATADA** serão tidas como confidenciais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pela Secretaria de Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

Os empregados da Empresa **CONTRATADA** se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o art. 327 do Código Penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Empresa **CONTRATADA** deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A **CONTRATADA** se obriga a:

Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários da **CONTRATADA** deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a Empresa **CONTRATADA** manifesta sua concordância no seguinte sentido:

Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela **CONTRATADA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação..

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa **CONTRATADA**, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC.

ANEXO III (Do TR)
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SIGILO
(apresentar em papel timbrado) - (Obrigatório).

TERMO DE SIGILO
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, expedida pela _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, declaro que: a) li e tenho ciência de todos os termos da SEEC-DF e seus documentos integrantes; b) li e tenho ciência de todos os termos do Acordo de Confidencialidade de Informação firmado entre a _____ e o SEEC-DF, decorrente do Contrato n.º _____; c) todos os dados e informações recebidos do SEEC-DF, em relação ao Contrato n.º _____, firmado entre o SEEC-DF e a _____, deverão ser mantidos em sigilo e serão utilizados exclusivamente para a execução do mesmo; d) tenho ciência de que todos os recursos disponibilizados para mim pelo SEEC-DF deverão ser utilizados apenas para fins de execução dos serviços estabelecidos no Contrato n.º _____, e que todos os dados armazenados, transmitidos ou recebidos pelos recursos computacionais disponibilizados podem ser monitorados sem aviso prévio.

Local e data _____

Representante da CONTRATADA Carimbo e Assinatura

ANEXO IV (Do TR)
TERMO DE COMPROMISSO
[Nome da Organização]
TERMO DE COMPROMISSO N.º [número]

[Nome da Empresa CONTRATADA], inscrita no CNPJ n.º [número], com sede à [endereço completo], representada por seu responsável legal, [Nome do Representante Legal], doravante denominada **COMPROMISSADA**, compromete-se, mediante assinatura deste termo, a cumprir integralmente as condições e responsabilidades descritas abaixo, relacionadas ao fornecimento de licenças de subscrição do *software* Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses:

1. Objeto do Compromisso: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a responsabilidade da COMPROMISSADA em:

Fornecer licenças de subscrição Microsoft Office 365 de acordo com as especificações técnicas contratadas.

Oferecer garantia e suporte técnico pela Fabricante durante todo o período de vigência do contrato.

2. Responsabilidades: A COMPROMISSADA compromete-se a:

Disponibilizar as licenças subscrição Microsoft Office 365, bem como suas chaves de ativação, em site oficial do fabricante, em área de acesso exclusivo para a **CONTRATANTE**, por meio de credenciais específicas, previamente disponibilizadas, de acordo com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

3. Prazo de Garantia: A garantia de 90 (noventa) dias terá início contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4. Penalidades: O descumprimento das obrigações descritas neste Termo de Compromisso poderá resultar em penalidades previstas em contrato, além de sanções administrativas e legais aplicáveis.

5. Foro: Fica eleito o foro da Comarca de [Cidade], para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Assinaturas:

[Nome do Representante Legal da Empresa CONTRATADA]

Data: / / ____

[Nome do Representante Legal da Empresa CONTRATADA]

Data: / / ____

[Nome do Representante Legal da Organização]

Data: / / ____

ANEXO V (Do TR)
TERMO DE CIÊNCIA

[Nome da Organização]

TERMO DE CIÊNCIA Nº [número]

Eu, [Nome completo do colaborador/profissional responsável pela instalação ou responsável técnico], portador(a) do CPF nº [número] e RG nº [número], vinculado(a) à empresa [Nome da Empresa CONTRATADA], inscrita no CNPJ nº [número], declaro, por meio deste, estar ciente das responsabilidades, prazos e condições estabelecidas no contrato referente ao fornecimento de licenças de subscrição do *software* Microsoft Office 365 Enterprise pelo período de 36 (trinta e seis) meses da [Nome da Organização], conforme os itens abaixo:

1. **Objetivo:** Declaro estar ciente de que o escopo do contrato inclui:
 - o Fornecedor licenças de subscrição Microsoft Office 365 de acordo com as especificações técnicas contratadas.
 - o Oferecer garantia e suporte técnico pela Fabricante durante todo o período de vigência do contrato.
2. **Condições:** Estou ciente e concordo que:
 - o A execução do fornecimento dos bens deve seguir as normas técnicas e as orientações previamente acordadas com a [Nome da Organização].
 - o Qualquer eventualidade relacionada à entrega dos bens descritos neste contrato deverá ser atendida dentro dos prazos estabelecidos no contrato de prestação de serviços, respeitando o SLA (Acordo de Nível de Serviço).
3. **Prazo de Validade:** Este Termo de Ciência tem validade a partir da data de assinatura e permanecerá em vigor durante todo o período de execução do contrato e garantia, conforme as obrigações assumidas.

Declaro que recebi, compreendi e aceito todas as informações e responsabilidades decorrentes deste termo.

Assinaturas:

[Nome do Profissional Responsável]

Data: / / ____

[Nome do Representante Legal da Organização]

Data: / / ____.

ANEXO VI (Do TR)
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Portaria CGDF nº 356/2019)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, inscrição estadual/distrital nº _____ por intermédio de seu representante legal, _____, CPF nº _____ para fins de participação em procedimento de contratação pública no âmbito do Governo do Distrito Federal, [órgão demandante], Processo SEI nº [XXXXXXXXXX], [modalidade de licitação] Edital nº _____, declara, sob as penas da lei, que:

I – nenhum de seus sócios, proprietários, dirigentes, administradores ou representantes legais é servidor público, empregado público ou ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – não possui, em seu quadro societário ou de dirigentes, pessoa que mantenha vínculo funcional, contratual ou estatutário com o órgão ou entidade contratante, que possa caracterizar conflito de interesses, nos termos da Portaria CGDF nº 356, de 20 de junho de 2019;

III – não incorre em qualquer das vedações previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente aquelas relacionadas à moralidade administrativa, à impessoalidade e à integridade nas contratações públicas;

IV – compromete-se a comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração superveniente em sua composição societária ou estrutura de gestão que possa contrariar o conteúdo desta declaração, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução contratual;

V – tem ciência de que a omissão ou prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual, se for o caso.

Declaro que as informações acima são verdadeiras e firmo a presente para os devidos fins.

Brasília/DF, ____ de _____ de ____.

Nome do representante legal
Cargo

CPF nº _____

Assinatura: _____

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC
ANEXO II (do Edital)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/20____, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para entrega dos materiais e/ou equipamentos são conforme abaixo:

| ITEM/GRUPO | CÓDIGO BR (CATSER) | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|----------------------------|---|---|-------------------|------------|----------------------|----------------------------|
| 1 | 27596 - Serviços Especializados em Modelagem de Processos - BPM | Serviços de mapeamento e modelagem de processos, com base na metodologia de gestão de processos adotada na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), em alinhamento com as melhores práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (<i>Business Process Management - BPM</i>) e com a notação <i>Business Process Model and Notation</i> (BPMN) | UST's | 30.000 | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) | | | | | | |

Declaramos que esta proposta tem validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

O prazo para entrega dos materiais e ou equipamentos será de até ____ (____) dias ____, contados a partir da data da assinatura do contrato.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

Declaramos que abstermos de realizar a vistoria e assumimos completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da SEEC. (caso não faça a vistoria)

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

(A proposta deverá conter: Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ, banco, agência e conta bancária)

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC
ANEXO III (do Edital)

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES DE TI

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

O Distrito Federal, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º/....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |

| | | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| ... | | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|--|

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.
 - 1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 1.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

- 2.3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#)

OU

- 2.4. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do artigo 114 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.5. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.5.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.5.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.5.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.5.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.5.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.5.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.6. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

- 2.10. O prazo de vigência da contratação é de (prazo - máximo de um ano) contados do (a) (indicar o termo inicial da vigência), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([ART. 92, IV, VII E XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

- 4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições
- 4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
 - 4.3.1. ...
 - 4.3.2. ...
- 4.4. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*
 - 4.4.1.
 - 4.4.2.
- 4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.9. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei

Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

- 4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 4.9.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 4.9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

- 5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
 - 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVII E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
 - 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
 - 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou

terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) (**inserir endereço(s)**);

9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [.] (**inserir distância conforme avaliação técnica**) do local demandado.

9.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado

9.1.24.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 11.3.1. BEM 1..... Valor
- 11.3.2. BEM 2Valor
- 11.3.3. ...
- 11.3.4. TOTAL Valor total

OU

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 11.5.1. BEM 1..... Valor
- 11.5.2. BEM 2Valor
- 11.5.3. ...
- 11.5.4. TOTAL Valor total

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.17.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.21.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- IV - **Multa**:

- 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- 2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (..... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12.12. **Aplicam-se todas as disposições referentes às Práticas Proibidas e à incorporação do reconhecimento recíproco de sanções por parte de Instituições Financeiras Internacionais (IFI), conforme disposto no Anexo VIII do Edital PE ____/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC e no sites do Banco (www.iadb.org/integrity).**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
 - 13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

- 13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
 - 13.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência

formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [\[A1\]](#) contraentes.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da _____ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

V - Plano Interno:

VI - Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

19.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a licitante vencedora, para a prestação do mesmo serviço, seja por licitação ou contratação emergencial, se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido ou encerrado. **<conforme o caso>**

19.2.1. Não preenchidos todos os cargos e/ou postos, na seleção dos empregados, terão prioridade os trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital nº 4.766/2012.

19.3. Nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017, a licitante vencedora que tiver mais de 20 funcionários contratados, se obriga a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio com instituições públicas ou privadas, curso de alfabetização ou complementação do ensino fundamental até o quinto ano. **<conforme o caso>**

19.3.1. Em caso de descumprimento será aplicada à Contratada multa de 30% (trinta por cento) com base no salário de cada funcionário não beneficiado.

19.4. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a licitante vencedora, na prestação do serviço, se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde. **<conforme o caso>**

19.5. Nos termos da Lei Distrital nº 3.985/2007, se a licitante vencedora tiver 100 ou mais empregados fica obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: **<conforme o caso>**

I - até 200 empregados 2%;

- II - de 201 a 500 3%;
- III - de 501 a 1.000 4%;
- IV - de 1.001 em diante 5%.

19.6. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

- I - incentive a violência;
- II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
- III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
- IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
- V - seja homofóbico, racista e sexista;
- VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
- VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

19.7. Nos termos da Lei Distrital nº 6.128/2018, fica reservado o percentual de 2% das vagas de trabalho contidas no TR, Anexo I deste Edital, para pessoas em situação de rua.

19.7.1. A licitante vencedora deverá informar que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas previstas.

19.7.2. Ficam excetuadas as empresas que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.

19.8. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

ANEXO IV (do Edital)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu _____, CPF n.º _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE nº ____/201__ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC, em atendimento a Lei Distrital nº 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE nº ____/20__ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC.

Brasília, ____ de ____ de 20__.

representante legal do licitante

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

ANEXO V (do Edital)

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA

que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

ANEXO VI (do Edital)

DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME EPP

A (LICITANTE) declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização deste pregão PE ____/20____, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Representante da Proponente

Assinatura: _____

Brasília, ____ de ____ de 20____.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

ANEXO VII (do Edital)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

ANEXO VIII (Do Edital)

DAS PRÁTICAS PROIBIDAS

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, *inter alia*, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 1 todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento ou seja informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte; e
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a

continuação da investigação,

(bb) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou

(cc) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir; e

(vi) A “apropriação indevida” consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito indevido ou para um propósito não autorizado, cometido de forma intencional ou por negligência grave.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para:

(i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e

(ii) designação 2 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2 Os Concorrentes ao apresentar uma proposta declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

(iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;

(iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

DOS PAÍSES ELEGÍVEIS

1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a) Países Mutuários:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

b) Países não Mutuários:

(i) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, República Popular da China, República da Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

c) Territórios elegíveis:

(i) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - como Estado da França

(ii) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos EUA

(iii) Aruba - como um país integrante do Reino dos Países Baixos, assim como, Bonaire, Curaçao, Santa Marta, Saba, Santo Eustáquio - como Estados do Reino dos Países Baixos

(iv) Hong Kong - Região Administrativa Especial da República Popular da China.

2) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

As disposições das políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a nacionalidade das firmas e indivíduos elegíveis para participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Nessas determinações, serão utilizados os seguintes critérios:

A) Nacionalidade

a) Um indivíduo é considerado nacional de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

i. é cidadão de um país membro; ou

ii. estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

b) Uma firma é considerada nacional de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

i. está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e

ii. mais de cinquenta por cento (50%) do capital da firma é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco. Todos os membros de um consórcio e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens têm origem em um país membro do Banco se foram extraídos, desenvolvidos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou utilidades básicas são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

Coordenação de Licitações COLIC/SCG/SECONT/SEC

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.
"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 504 - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3313-8497
Sítio - www.economia.df.gov.br

04044-00008304/2025-16

Doc. SEI/GDF 202320400